

Rodrigo Straessli Pinto Franklin
Pollyanna Paganoto Moura
(organização)

SUB DESEN VOLVI MENTO EM QUESTÃO

*visões a partir do pensamento
social e econômico brasileiro*

 EDUFES

Rodrigo Straessli Pinto Franklin
Pollyanna Paganoto Moura
(organização)

SUB
DESEN
VOLVI
MENTO
EM QUESTÃO

*visões a partir do pensamento
social e econômico brasileiro*

 **EDUFES**

Vitória, 2025



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Othon Souto Campos, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,
Willi Piske Junior

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Produção Cultural

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

Daniela Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e capa

Juliana Braga

Revisão de texto

George Vianna

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Editora Universitária – EDUFES, ES, Brasil)

S941 Subdesenvolvimento em questão [recurso eletrônico] : visões a partir do pensamento social e econômico brasileiro / Rodrigo Straessli Pinto Franklin, Pollyanna Paganoto Moura (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2025.
145 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-647-9

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Economia. 2. Pensamento. 3. Sociologia. I. Franklin, Rodrigo Straessli Pinto. II. Moura, Pollyanna Paganoto.

CDU: 330

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas
Crimson Text e Rubik.

Sumário

Apresentação 7

Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano? 11

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete 51

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

Reforço e desconstrução de um mito: o peso do Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira para Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso e Jessé Souza 71

Pollyanna Paganoto Moura

Rodrigo Emmanuel Santana Borges

A ideologia da civilização e a formação das sociedades dependentes e atrasadas: o pensamento de Darcy Ribeiro 91

Camilla dos Santos Nogueira

Os efeitos da legislação internacional sobre a propriedade intelectual nas relações centro-periferia à luz do pensamento de Celso Furtado	107
<i>Pollyanna Paganoto Moura</i>	
<i>Camilla dos Santos Nogueira</i>	
<i>Aline Faé Stocco</i>	
Índice remissivo	137
Sobre os autores	141

Apresentação

A atual crise do padrão de reprodução do capital no Brasil resulta de uma mistura de fatores externos e internos: no cenário internacional, vemos o esgotamento de uma disputa pela hegemonia econômica e a eclosão de uma das maiores crises de superacumulação de capital, enquanto no cenário nacional destaca-se a ascensão de um agrupamento político subalterno às elites estrangeiras.

A subalternidade dos governos brasileiros é uma característica estrutural, que se apresenta há muitos anos no país. No passado recente, desde o golpe de 2016, contra a presidente Dilma Rousseff, assistimos ao fortalecimento da política contra direitos sociais básicos e ao aumento da pobreza. A título de exemplo, podemos citar a Reforma Trabalhista do governo de Michel Temer e a Reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro. Ambas as reformas foram promovidas como forma de sinalizar, ao mercado mundial, a intensificação de aspectos neoliberais da economia brasileira e de permitir o aumento do lucro da classe dominante. Nesse sentido, a articulação simbiótica entre os interesses das classes dominantes nacionais e das estrangeiras aprofunda a lógica de acumulação, que fragiliza o Estado e intensifica a exploração.

Essa simbiose entre interesses diversos há muito tempo é alvo de análise no pensamento social e econômico brasileiro. Nos estudos sobre as realidades definidas como “periféricas”, atrasadas, “dependentes” ou “subdesenvolvidas”, é recorrente a constatação de que as classes dominantes quase sempre tomam decisões que não só prejudicam

a dinâmica econômica doméstica como também favorecem os interesses de alguma elite estrangeira. No entanto, é preciso fugir do lugar comum, que critica nossas elites por não explorarem apropriadamente o povo que dominam. Se as elites de economias periféricas, como a brasileira, agem a favor de um capital internacional, elas o fazem pois acreditam que é a forma mais eficiente de maximizar suas taxas de lucro individuais.

Para melhorar esse entendimento e lançar luz nos eventos que se desdobram, propomos um esforço de debruçar-se sobre o pensamento de intelectuais brasileiros consagrados que abordaram a articulação entre interesses internos e externos, como Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, entre outros. É com esse intuito que o presente livro congrega uma série de artigos que, cada um a seu modo, evidencia como as contribuições, por vezes esquecidas pelo *mainstream*, do pensamento heterodoxo ainda continuam pertinentes para tratar de nossa realidade.

A obra inicia com um conjunto de artigos que abordam a contribuição teórica de Fernando Henrique Cardoso, polemizando algumas questões consideradas por muitos como ponto pacífico. O primeiro capítulo, escrito por Rodrigo Franklin, questiona uma posição dominante nos textos hodiernos de classificar o pensamento de Cardoso dentro do campo weberiano (como uma oposição ao pensamento marxista). Ao apontar para a contradição entre a sua contribuição teórica – que problematiza a dependência entre países – e a sua atuação política – que aprofundou a dependência brasileira – como a causa principal dessa querela taxonômica, o autor contribui para colocar o pensamento de Cardoso novamente no campo do debate crítico da Economia Política.

No capítulo que se segue, Franklin se junta a Pollyanna Paganoto e a Camilla Nogueira para avaliar as similitudes entre o debate brasileiro clássico sobre a dependência – envolvendo os intelectuais do Partido Comunista do Brasil, em contraposição a duas vertentes da teoria da dependência (encabeçadas por Ruy Mauro Marini

e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente) – e o debate que existiu no fim do século XIX entre Lênin e os Nacionalistas Russos (*narodniks*). Ao concluir que muitos dos argumentos que aparecem entre os autores russos se repetem no Brasil pouco mais de cinquenta anos depois, eles mostram que a perspectiva de Cardoso é a que mais se aproximava das posições defendidas por Lênin – com exceção do completo abandono da postura revolucionária.

O pensamento de Cardoso é alvo de análise uma última vez no terceiro capítulo, de autoria de Pollyanna Paganoto e Rodrigo Borges. Nesse texto, o tratamento dado por Cardoso ao papel da burocracia estatal é contrastado com o de outro polêmico intelectual: Raymundo Faoro. Ressalta-se que, para Cardoso, os conceitos de “burguesia de Estado” e “anéis burocráticos” nos auxiliam a compreender a vinculação entre as ações desse grupo e os interesses das classes dominantes. Por fim, Paganoto e Borges traçam ainda uma ponderação a partir das contribuições de Jessé Souza sobre o risco de se utilizar o *patrimonialismo* como chave de explicação única para a realidade brasileira.

A contribuição de Darcy Ribeiro para pensar a formação de sociedades dependentes e atrasadas como a brasileira é abordada por Camilla Nogueira no quarto capítulo do livro, no qual a autora revela como o *processo civilizatório* é conformado pela dominação de alguns povos sobre outros. Destrinchando as principais obras de Ribeiro, Nogueira conclui que esse grande pensador latino-americano crítico e combativo construiu uma relação dialética entre a expansão europeia e a formação da ideologia civilizatória em outros mundos, oferecendo elementos imprescindíveis para a compreensão do fenômeno da dependência.

O último capítulo, de autoria de Pollyanna Paganoto, Camilla Nogueira e Aline Faé, não só engrandece o livro ao trazer as contribuições de um dos maiores economistas brasileiros – Celso Furtado – como evidencia o modo pelo qual seu pensamento pode ser extrapolado para clarear um tema tão atual quanto nebuloso: o avanço do reconhecimento da propriedade intelectual na legislação

internacional. Uma vez que Furtado viu no domínio tecnológico a razão primeira da dependência, as autoras sinalizam que, com o avanço e o recrudescimento da legislação sobre os direitos de propriedade intelectual, aprofunda-se a cisão entre as nações periféricas e as centrais, tornando cada vez mais distante a constituição de um desenvolvimento autônomo nas primeiras.

Como o leitor pode ver, todos os textos que foram reunidos nesta coletânea lançam olhares novos sobre debates antigos, mas o objetivo de trazer à tona essas discussões não é puramente escolástico. Nós acreditamos que, olhando para as contribuições do passado, podemos compreender melhor nosso presente e traçar uma rota para o futuro. Assim, esperamos que, ao ampliar nosso entendimento sobre as causas do “entreguismo” dominante, possamos contribuir para acelerar a passagem de nosso país por tão turbulento período.

Os organizadores

Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!
Fernando Henrique Cardoso (2014)

Por muitos anos, a concepção que rondava tanto a academia brasileira quanto os círculos intelectuais de língua não hispânica era a de que o maior expoente da vertente latino-americana da teoria da dependência seria Fernando Henrique Cardoso. Uma vez que essa abordagem foi vinculada à teoria do imperialismo, sobretudo em sua versão elaborada por Lênin, Cardoso foi visto como um autêntico representante do marxismo brasileiro.

Entretanto, a postura de Cardoso na presidência do Brasil deixou os marxistas em uma situação constrangedora. No governo da maior nação latino-americana, Cardoso – chamado pela mídia de FHC, forma pela qual ficou conhecido durante o exercício da presidência – acelerou o Programa Nacional de Desestatização, privatizando importantes parcelas do Estado e concedendo ao monopólio estrangeiro o domínio sobre setores estratégicos da indústria nacional. Ao

mesmo tempo, defendeu a abertura comercial que levou à falência significativa de parcela do capital produtivo brasileiro. Aproximou-se do capital financeiro internacional, obtendo vultosos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a formação de reservas cambiais suficientes para manter a moeda nacional sobrevalorizada até sua reeleição. Ampliou a taxa de juros interna, tornando-a a mais elevada do mundo em termos reais.

Na área social, os resultados do governo FHC foram ainda mais constrangedores para os marxistas que tinham respeito por sua posição como teórico: o salário mínimo real se manteve em patamar inferior ao do período da ditadura militar, a pobreza e a extrema pobreza se mantiveram constantes durante todo o seu governo¹ e houve ampliação do desemprego². Tais políticas contrariaram o processo de industrialização que dominou a nação até meados da década de 1980 e aprofundaram claramente a perspectiva dependente do capitalismo nacional. Além disso, iam ao encontro da pauta definida pelo Consenso de Washington. Não havia como negar: o Cardoso da década de 1990 era um neoliberal.

Assim, a primeira reação de seus críticos foi difundir a hipótese de que Cardoso teria mudado de ideia. “Esqueçam o que escrevi”: essa frase se tornou famosa por ter saído supostamente dos lábios de FHC³.

1 Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, acesso em 25 jan. 2024), o percentual da população pobre e extremamente pobre no Brasil, em 1995, era de 35,08 % e de 15,19 %, respectivamente. Para o ano de 2003, os valores foram de 35,79 % e 15,20 %.

2 De 7,1 % em 1995 para 11,2 % em 2003, conforme dados do Banco Mundial (THE WORLD BANK GROUP, 2024).

3 “Ah, não, essa eu nunca disse”, foi a resposta que Cardoso deu a Toledo (1998) quando este o questionou sobre a autoria dessa frase. O então presidente ainda completou: “Alguém achou que eu havia mudado de posição e que deveria ser criticado por isso, e então inventou essa frase. Quem? Não sei. Foi [no jornal] *Folha de S. Paulo*. O [Otávio] Frias [Filho, diretor de redação do jornal] gostou da frase – ele me disse que gostou. Ele disse que achava fantástico alguém dizer isso.

A teoria da dependência poderia ser, então, absolvida da acusação de servir de base para um conjunto de políticas neoliberais e Cardoso não passaria de um cínico ou de um marxista arrependido.

De todo modo, a ascensão de Cardoso à presidência reacendeu o interesse em sua obra, que inclui o acalorado debate entre ele e Ruy Mauro Marini, considerado hoje o mais consagrado autor da teoria da dependência. A partir disso, essa releitura passou a trilhar dois caminhos: primeiro, surgiram aqueles que, em defesa de Marini, buscaram desqualificar Cardoso, expurgando-o das fileiras marxistas; segundo, apareceram aqueles que tentaram ver nas obras escritas nas décadas de 1960 e 1970 o germe das políticas neoliberais implantadas por FHC⁴.

No primeiro desses caminhos, encontramos alguns autores que começaram a aventar a hipótese de que Cardoso é e teria sido sempre um weberiano, argumentada a partir de duas linhas distintas. A primeira tem sua origem em Nildo Ouriques e é a mais difundida entre os atuais teóricos da dependência. A segunda, levantada por Ivan Cotrim, tem argumentos mais sofisticados, mas pouca penetração na academia.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é o de dirimir a dúvida: seria Cardoso um weberiano? Para responder a essa questão, analisaremos cada uma das duas hipóteses. Em seguida, buscaremos construir uma interpretação sobre o assunto tendo em vista a opinião de outros autores, a posição de Cardoso sobre si mesmo, assim como uma análise do método por ele empregado em seus trabalhos. Antes de

Pode até ser, só que eu não disse. Nem penso assim. Isso derivou de um encontro em São Paulo, num restaurante, quando eu era ministro do Exterior. Havia vários empresários. [...] O Celso Lafer fez uma pergunta e eu disse: 'Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim'. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte contra mim" (Toledo, 1998, p. 172).

4 Esse é o caso de Traspadini (1999) e Teixeira (2007).

iniciarmos essa tarefa, é importante alertar: não estamos apresentando aqui uma defesa da teoria de Cardoso ou das políticas de FHC. Nosso intuito é apenas o de evitar que a análise sobre o método do acadêmico se entrelace com a crítica sobre a atuação prática do político.

A hipótese de Ouriques

A primeira hipótese sobre a raiz weberiana de Cardoso foi levantada por Nildo Domingos Ouriques, em sua tese de doutorado, apresentada em 1995 na Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). Para ele, Marini vence o debate da teoria marxista da dependência devido a uma nova descoberta: seu principal contendor (isto é, Fernando Henrique Cardoso) nunca foi um marxista. Ouriques (1995, p. 66, tradução nossa) afirma:

A resposta metodológica de Cardoso será dada, como sabemos, em termos de um “método” que ele chama de “histórico-estrutural” que não tem relação alguma com o método marxista, [...] aproximando-se muito mais de uma visão historicista e até weberiana de dependência, principalmente quando estabelece sua tipologia para analisar o fenômeno⁵.

Mas quais são as falhas de Cardoso que lhe rendem o “vergonhoso” rótulo de weberiano? Ouriques (1995, p. 75, tradução nossa) nos esclarece:

5 Sobre esse método “histórico-estrutural”, Theotônio dos Santos diz que se constituía em um dos pontos de concordância entre ele e Cardoso: “Eles [os pontos de concordância] se estendiam [*sic*] a outros problemas de maior interesse teórico como: [...] a importância de uma metodologia dialética, *histórico-estrutural*, que resgatasse a concretude dos processos sociais” (DOS SANTOS, 1996, p. 4-5, grifo nosso). Portanto, se devêssemos considerar Cardoso um weberiano por adotar esse método, talvez Ouriques deveria estender essa alcunha também para Dos Santos.

É evidente o peso do fenômeno na construção do método por eles [Cardoso e Faletto] defendido e o viés sociológico, apresentado sob o manto da “dominação”, ao longo de seu estudo. E, naturalmente, caem por terra todas as afirmações sobre o caráter necessariamente ambíguo ou impreciso do conceito. A ambiguidade ou confusão está no método.

A inclinação sociológica de Cardoso e Faletto⁶ os levaria a abordar “a articulação entre o nacional e o mundial através de uma análise das classes e do Estado periférico. Em termos weberianos é o que poderíamos chamar de ‘valorização da ação política’” (OURIQUES, 1995, p. 84, tradução nossa). Por esses motivos, “a dependência é um elemento que aí [na obra de Cardoso e Faletto] aparece envolta numa *concha weberiana* em que o importante são as *situações de dependência*, ou a ‘*análise concreta*’ da dependência” (OURIQUES, 1995, p. 96, grifos do autor, tradução nossa).

Em síntese, Ouriques classifica o pensamento cardosiano como weberiano baseado em dois elementos: a valorização da dimensão política em detrimento da econômica e o foco da análise em situações concretas, a partir das quais formularia sua tipologia.

A tese de Ouriques ganhou adeptos e, em 1998, Adrián Sotelo Valencia (também da Unam) e Carlos Eduardo Martins publicaram um artigo classificando a teoria da dependência de Cardoso e Faletto como weberiana. Os autores argumentam que “o weberianismo dependentista de Cardoso e Faletto [*sic*] se apresenta, muito claramente, no capítulo 2 de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que concentra as reflexões teórico-metodológicas dos

6 Enzo Faletto foi um sociólogo chileno e coautor da principal obra que Cardoso escreveu sobre a dependência. Mesmo tendo sido um crítico das políticas de FHC, não foi poupado de ser arrastado para esse debate. No Chile, onde Faletto atuou na academia até seus últimos dias, sua teoria da dependência continua sendo respeitada pelos grupos intelectuais progressistas. Ver Yocolevzky (2004).

autores” (MARTINS; VALENCIA, 1998, p. 418). Em seguida, eles citam o seguinte trecho do referido capítulo:

De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 22 *apud* MARTINS; VALENCIA, 1998, p. 418).

Novamente, a tese está centrada na valorização do político diante do econômico. Martins continuou desenvolvendo tal perspectiva e, em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2003⁷, afirma:

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro das quais deveriam ser inseridas as relações de classes (MARTINS, 2011, p. 232).

A preponderância do político aparece no centro da crítica, enquanto a *tipologia* de Cardoso e Faletto é identificada com o *tipo ideal* weberiano, desenvolvendo o argumento de Ouriques de que a “análise do concreto” é a expressão de sua inadequação ao marxismo⁸.

Vale ainda ressaltar a argumentação de Marisa Silva Amaral, que, além de citar Valencia e Martins (1998), afirma:

7 A tese de Martins foi publicada na forma de livro em 2011, obra que citaremos aqui.

8 Entretanto, é preciso lembrar que Cardoso e Faletto não foram os únicos a elaborarem tipologias da dependência. Ver Bambirra (2013).

Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto (AMARAL, 2006, p. 22; 2012, p. 33).

Em síntese, Amaral ainda acrescenta aos dois elementos indicados pelos outros autores a crítica ao economicismo, direcionada aos demais dependentistas. Vejamos agora quais são os equívocos presentes nos argumentos desse grupo de autores.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a “análise de situações concretas” não é elemento incompatível com o marxismo, como crê Ouriques, pois, pelo contrário, explicar o concreto é o fim último da teoria. Tanto é assim que esse tem sido o foco de muitos dos autores envolvidos com a teoria marxista da dependência⁹.

Em segundo lugar, as tipologias elaboradas por Cardoso e Faletto não são equivalentes teóricos dos tipos ideais weberianos. Em Weber, esses são tipos puros, conceitos abstratos criados para explicar cada uma das várias dimensões de um mesmo fenômeno histórico, que não existe isolado na realidade. Eles estão presentes em diferentes proporções na realidade concreta, de modo que esta pode estar mais

9 Como ressaltam, por exemplo, Prado e Castelo (2013, p. 17) ao tratarem das recentes contribuições dos próprios Adrián Sotelo Valencia e Carlos Eduardo Martins. Carcanholo (2013, p. 201) também ressalta a importância dessa análise no resgate atual: “o resgate feito hoje em dia da teoria marxista da dependência passa também, para o entendimento de situações concretas, pela recuperação de algumas [...] categorias [elaboradas por Marini]”.

próxima de um ou de outro desses tipos. Weber (1978, p. 20, tradução nossa) esclarece:

[...] Por exemplo, um mesmo fenômeno histórico pode ter uma parte de aspecto feudal, outra patrimonial, outra burocrática, e ainda outra carismática. Com o intuito de dar um sentido preciso a esses termos, é necessário para o sociólogo formular tipos ideais puros de formas de ação correspondente que, em cada caso, implicam no mais alto grau de integração lógica em virtude de sua completa adequação em nível de sentido. Mas, precisamente por isso, é extremamente improvável que algum fenômeno real, correspondente exatamente a um desses tipos puros idealmente construídos, possa ser encontrado [...].

E, ainda, exemplifica para o caso da teoria econômica:

[...] Os tipos ideais de ação social que [...] são usados na teoria econômica são [...] irreais ou abstratos, a partir dos quais sempre pergunta que curso da ação aconteceria se ela fosse puramente racional e orientada somente para fins econômicos. Essa construção pode ser usada para auxiliar na compreensão da ação que não seja de determinação puramente econômica, mas que envolva desvios decorrentes de restrições tradicionais, afetivas, erros, e a intrusão de propósitos e considerações outras que não econômicas [...] (WEBER, 1978, p. 21, tradução nossa).

Já as tipologias de Cardoso e Faletto existem na realidade concreta e não se misturam para explicar um mesmo fenômeno histórico. Para cada situação específica, os autores constroem uma categoria que se encaixa unicamente naquela realidade. Por exemplo, ao analisar o período de desenvolvimento econômico marcado pela “expansão para fora”, os autores dividem os países da América Latina em dois grupos: aqueles que mantiveram o “controle nacional do sistema produtivo”

e as “economias de enclave”. Eles colocam no primeiro grupo países como Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia; e, no segundo, México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru e os países da América Central.

Vemos, portanto, que os tipos de Cardoso e Faletto são características mutuamente excludentes, que não estão presentes em diferentes proporcionalidades em um mesmo fenômeno, como é o caso da tipologia weberiana. Para eles, uma economia ou é de enclave ou preserva o controle nacional do sistema produtivo.

Em terceiro lugar, a analogia que Ouriques e demais fazem entre Cardoso e Weber não é suficiente para classificar o primeiro como weberiano. Mesmo se concordássemos com a tese de que há em seu pensamento uma preponderância do político sobre o econômico¹⁰, é preciso reconhecer que ela não representa elemento suficiente para classificar um pensador nessa escola do pensamento.

Não são todos os pensadores que sobrevalorizam a esfera política perante a econômica que se encaixam nessa vertente sociológica. Essa postura também pode ser observada em muitos autores idealistas – para os quais uma mudança na consciência e na organização política da sociedade precede e transforma sua organização econômica –, como Platão, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Friedrich Hegel, todos esses anteriores a Weber.

Do mesmo modo, não é pelo fato de Weber ter criticado o economicismo em Marx que toda crítica da mesma natureza direcionada a um autor marxista torna seu formulador um weberiano. Autores como Antonio Gramsci, György Lukács, Edward Palmer Thompson e até mesmo o estruturalista Louis Althusser – todos inegáveis adeptos do marxismo – criticaram muitos dos marxistas de seu tempo por terem realizado leituras economicistas da obra de Marx.

Para que um autor seja considerado weberiano, é preciso que ele apresente uma série de outros elementos que não se observam no pensamento de Cardoso. Por exemplo, quando analisam a estrutura

10 Tese que será analisada com mais detalhes adiante.

de dominação, Cardoso e Faletto se voltam unicamente para estruturas sociais que possuem determinação econômica: as classes sociais. Mesmo quando analisam a burocracia estatal, subjugam-na à classe capitalista. Do ponto de vista weberiano, esses dois autores, ao darem demasiada importância à “luta de classes”, ignoram elementos fundamentais como os “estamentos” e os “partidos”¹¹.

Outro exemplo, e de importância mais fundamental, se refere ao individualismo metodológico. Em Weber, a consciência individual dá sentido à ação social, de modo que o interesse de uma coletividade não se superpõe aos dos sujeitos que a compõem. Explica:

[...] [As] coletividades devem ser tratadas unicamente como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível. [...] Para os propósitos sociológicos, não existe algo como uma personalidade coletiva que “age”. Quando é feita referência, em um contexto sociológico, às [...] coletividades, está-se referindo na verdade a [...] apenas certo tipo de desenvolvimento de reais ou possíveis ações sociais de pessoas individuais [...] (WEBER, 1978, p. 13-14, tradução nossa).

Entretanto, para Cardoso, as motivações dos indivíduos se encontram subordinadas à posição que ocupam nos processos produtivos. Portanto, as motivações que buscam esclarecer não são de indivíduos, mas de classes.

Poderíamos listar uma série de elementos fundamentais para que Cardoso fosse considerado um weberiano, mas que não se fazem presentes em seu pensamento. Contudo acreditamos já ter demonstrado a insuficiência de classificar o pensamento de um autor pautado em

11 Como Weber (1982, p. 212) ressalta, “‘classes’, ‘estamentos’ e ‘partidos’ são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade”.

um único elemento. Esse argumento seria similar a uma tentativa de classificar Marini em uma espécie de teoria keynesiana da dependência pelo simples fato de esse autor se preocupar com o problema da realização do produto, do mesmo modo que Keynes se preocupa com a insuficiência da demanda efetiva.

A hipótese de Cotrim

Ivan Cotrim (2001), em sua dissertação de mestrado, intitulada *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso* e apresentada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), chega à mesma conclusão de Ouriques, porém como resultado de uma argumentação completamente distinta. O autor afirma que a base teórica para a construção da teoria da dependência de Cardoso é Max Weber e que seria um equívoco a interpretação hegemônica de que ele se pautara na dialética de Karl Marx. Cotrim (2001) argumenta:

Não há dúvida de que Cardoso indique, no longo de sua produção, a utilização de conceitos tirados de *O Capital*, de maneira mais explícita, mas também se valha no conjunto analítico de referências conceituais de Marx e autores que se colocam como marxistas [...] (p. 310).

Por outro lado, a análise de Cardoso, que, como indicamos, tenta afirmar-se na utilização indiferenciada de “paradigmas” excludentes como Marx e Weber, resulta, na verdade, no uso e abuso das concepções weberianas de ação social determinada pelos valores subjetivos, de estado moderno como burocracia racional, de patrimonialismo como estado tradicional, da postura carismática das lideranças geradoras de formas populistas etc. [...] (p. 320).

Vejamos como Cotrim reconstrói os argumentos de Cardoso para demonstrar como este chega a Weber partindo de uma análise

de Marx. Para o autor, a confusão de Cardoso teria como fundamento uma falha em sua formação marxista, derivada de sua participação nos seminários de estudo de *O capital* ocorridos na USP ao fim da década de 1950 (dos quais participaram nomes como Paul Singer, José Arthur Giannotti e Michael Löwy). Cotrim resgata a crítica de José Chasin (2001) sobre o que este chamou de “analítica paulista”: em suma, essa corrente do pensamento, ao se fundar nos estudos exclusivos de *O capital*, ignora importantes textos elaborados por Marx em sua juventude, pondo de lado questões ontológicas essenciais¹².

Partindo desse equívoco fundamental, a dialética elaborada erroneamente por Cardoso (1962) consistiria, como se expressa na “Introdução” de sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, em um modelo, um instrumento cognitivo cujo objetivo último é a transformação do concreto (do real) por meio do “movimento da razão”. Cotrim (2001, p. 312) afirma que “aquele ‘circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto’ promove uma desidentificação do real, o que implica dizer que antes como depois a totalidade concreta (o real) se altera”. Com isso, o autor conclui que, para Cardoso, o objeto real para o pensamento “deixa de ser o que é pela análise ou pela mediação da teoria [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise [...]” (COTRIM, 2001, p. 313).

Por fim, Cardoso teria se apoiado em Sartre para concluir que o esforço analítico de investigação poderia ser pautado pelo paradigma tanto marxista quanto weberiano. Essa leitura metodológica viesada que ele apresenta em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de acordo com Cotrim, teria sido transportada para a obra que escreveu com Faletto. Dessa forma, Cotrim (2001, p. 317) afirma:

A “totalidade concreta” como referência metodológica não estará mais a cargo de Marx, e será expressa como um composto de

12 Contudo é interessante ressaltar que o próprio Chasin nunca se referiu a Cardoso como um weberiano.

níveis, os quais a análise se encarregará de vincular. Os níveis serão sempre sociais, políticos e econômicos, e serão postos em dinâmica tendo como referência e orientação um quadro de valores subjetivamente definidos.

Essa divisão da realidade em níveis está por trás da “análise integrada” proposta em *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. A ideia consiste em uma tentativa de integrar o sistema econômico, que Cardoso interpretaria a partir de Marx, com o sistema social, cuja compreensão se daria por meio das categorias weberianas, como o *patrimonialismo*. Cotrim (2001, p. 225) explica que

[Cardoso] separa na realidade o nível econômico e o político-social, aplicando tratamentos metodológicos distintos: Marx se torna referência para a economia (o que obviamente não nos parece adequado), enquanto Weber serve para a política.

No entanto, ele alerta:

[...] Aquela prévia separação *entre sistemas social e econômico* cumpre teleologicamente uma função em Cardoso, a de depositar seu esforço analítico numa das áreas, a político-social, mantendo o campo econômico distanciado de sua abordagem [...]. Dessa forma, [...] ele opera uma inversão, retirando a objetividade e determinação da economia sobre a esfera política (COTRIM, 2001, p. 318-319, grifos do autor).

E como o político é proveniente de Weber, este se revela como a verdadeira influência teórica do pensamento cardosiano.

Esse argumento de Cotrim pode ser sumarizado por meio das seguintes proposições: 1) Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação, 2) o que o leva a concluir pela equivalência

entre os paradigmas de Marx e Weber, 3) por isso, ele utiliza o marxismo para analisar os processos econômicos, e o weberianismo (por meio do uso do conceito de patrimonialismo) para analisar o processo político, 4) entretanto, como Cardoso subjuga o econômico ao político, submete a interpretação de Marx às concepções que possui de Weber. Logo, Cardoso é um weberiano.

Vemos que o problema da argumentação de Cotrim está no fato de que suas premissas são falsas em quase todos os aspectos. Vejamos uma a uma.

Primeiro: Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação

Cotrim estabelece a assertiva anterior com o intuito de criar uma falsa oposição a Marx, a partir da leitura da obra de Cardoso marcada por descontextualizações recorrentes. Cotrim chega ao ponto de adulterar uma frase de Cardoso para que ela se encaixe melhor em sua crítica. Vejamos como as palavras de Cardoso ficam na pena de Cotrim: “[Em Marx,] o concreto aparece como ponto de partida [...]” (CARDOSO *apud* COTRIM, 2001, p. 312). No original, encontramos: “Marx diz que o concreto aparece como o ponto de chegada quando é o verdadeiro ponto de partida [...]” (CARDOSO, 1962, p. 17). E assim diz Marx: “[O concreto] aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida [...]” (MARX, 2008, p. 258-259).

Vemos que, tanto para Marx quanto para Cardoso, o caminho do conhecimento é o que se eleva do concreto para o abstrato e, depois, retorna ao concreto, formando o que se chama de concreto pensado: a reprodução do concreto no pensamento. Para ambos, o que se tem no ponto de chegada é a desmistificação do que havia no ponto de partida, a negação das representações e intuições presentes *a priori* na mente do pesquisador.

Cotrim, por outro lado, transforma as palavras de Cardoso (e de Marx) para criar uma oposição entre ambos: em Marx, o conhecimento se daria do abstrato ao concreto; em Cardoso, do concreto ao abstrato.

Onde deveria entender “desmistificação do real”, entende “desidentificação do real”, onde aparece o termo “redefine-se”, interpreta-o como “deixa de ser o que é”¹³; e o “concreto pensado” pode significar para Cotrim tanto “real” como “representação”, a gosto da conveniência.

Ao fim, Cardoso parece afirmar que o processo do conhecimento transforma a própria realidade, ou seja, que a ideia precede e determina a matéria. Mas, na realidade, é Cotrim quem quer transformar os textos de Cardoso por meio do seu pensamento e de sua análise.

Cotrim conclui que Cardoso distancia-se do empírico¹⁴. Para isso, retira de suas citações todas as referências que Cardoso faz a esse termo¹⁵. Entretanto, o próprio Cardoso afirma (em um trecho ignorado três vezes por Cotrim¹⁶):

13 Cardoso (1962, p. 17) afirma que, como resultado do processo do conhecimento, “a mercadoria redefine-se como categoria histórico-social, nega a forma inicial que assumira e se revela depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação da mais-valia”. Cotrim (2001, p. 313) compreende assim: “a mercadoria (como objeto real para o pensamento) permanece não como tal, ou seja, ela deixa de ser o que é pela análise [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise”. Cardoso fala claramente a respeito da representação que se faz da mercadoria. Cotrim quer entender que, para Cardoso, o processo do pensamento transforma o objeto real.

14 “Ao afastar o empírico, [Cardoso] afastou, em verdade, a própria realidade concreta” (COTRIM, 2001, p. 315).

15 Por exemplo, Cotrim (2001, p. 313-314) cita Cardoso: “[a] interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos de fatores histórico-sociais efetivos de sua produção [...] e de categorias não definidas empiricamente”. O autor suprimiu o seguinte trecho: “(e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas)” (CARDOSO, 1962, p. 14). Uma supressão muito conveniente.

16 Como veremos no ponto a seguir.

sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar “a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado” (CARDOSO, 1962, p. 30)¹⁷.

Só mesmo por meio de tanta descontextualização e citações equivocadas é que Cotrim consegue concluir uma oposição entre o materialismo dialético de Marx e o que Cardoso expõe na “Introdução” de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Segundo: Cardoso conclui que os paradigmas de Marx e Weber são equivalentes

Essa afirmação de Cotrim se baseia em uma frase de Cardoso (1962, p. 30), que diz: “Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”. Cotrim (2001, p. 58, p. 226, p. 317) cita essa passagem três vezes em sua dissertação, entretanto afirma equivocadamente que a expressão “nesse ponto” se refere ao “procedimento metodológico”. Vejamos a passagem de Cardoso (1962, p. 30) por completo:

[...] com isso [o uso do método dialético de forma heurística] evita-se a criação de novos Franksteins que, em caso contrário, acabariam sendo criados, como muitas vezes foram, em nome de um método

17 Não devemos julgar Cardoso apenas pelo método que ele descreve, mas pelo que efetivamente usa. Assim, vemos que Cardoso não só diz que sua análise possui forte base empírica, como é possível constatar esse fato em todo o livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Por exemplo, inúmeras são as referências aos dados e relatos históricos apresentados com o intuito de desmistificar a posição do negro na sociedade sul-rio-grandense. Todavia o mesmo não pode ser dito de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, cujo caráter ensaístico reduziu a preocupação dos autores em buscar informações para embasar suas propostas. Entretanto, Cardoso resgata a preocupação com o concreto em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*.

que desejava acabar com eles. Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Em qualquer um dos dois o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização. Sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar “a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado”.

Vemos que o termo “nesse ponto” está relacionado com “um método que deseja acabar com os Frankensteins, mas termina por criá-los”. A passagem em que Cotrim imputa certo apreço de Cardoso por Weber significa, na verdade, o exato oposto: uma crítica tanto a certo uso que se faz de Marx quanto à obra de Weber. Explicando melhor: para Cardoso, a dialética heurística é capaz de explicar a realidade imediata (visível, cotidiana, sensível) por meio de significações que só fazem sentido para quem observa o fenômeno como um todo, ou seja, para o pesquisador que leva em consideração elementos que não estão presentes apenas no fragmento da realidade que observa¹⁸.

A tentativa de perfazer uma análise (não heurística) que se restrinja apenas às relações presentes na observação imediata (que se prenda a um momento analítico) e que busque reconstruir o todo a partir dessa observação particular resultará em uma totalidade deformada, exagerando a importância do “pedaço” a partir do qual foi construída. Portanto, ao se prender a um momento analítico, a totalidade que se constrói é limitada (condicionada) por esse momento, a visão do todo fica incompleta e a análise perde seu sentido, torna-se um constructo que não obedece aos anseios originais de seu criador (daí a alusão ao romance *Frankenstein*).

18 Devemos lembrar que Weber jamais trabalha com a totalidade dos fatos históricos, considerando-a como algo inalcançável para o pensamento sociológico.

Todavia, se Cardoso é marxista, por que ele critica tanto Marx quanto Weber na referida passagem? A crítica de Cardoso não é ao uso que Karl Marx faz da dialética, mas ao uso que “alguns marxistas” fazem desse paradigma. Esse tom da crítica fica claro quando o autor continua:

Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a verdade contida nos esquemas abstratos de determinações gerais [gerando os Frankensteins] (CARDOSO, 1962, p. 30-31).

Dessa forma, conclui-se que Cardoso nunca afirmou a equivalência dos paradigmas de Marx e Weber, como faz crer Cotrim.

Terceiro: Cardoso utiliza Marx para analisar o econômico e Weber para o político

Cotrim acredita que a divisão da totalidade entre econômico, político e social, como Cardoso apresenta, resulta de seu distanciamento do marxismo como referencial metodológico. Todavia essa visão de Cardoso resulta da famosa passagem de Marx (2008, p. 47):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual [...].

Vê-se, de início, que o uso de Marx vai muito além do econômico, pois deriva dele a própria forma de Cardoso conceber e fragmentar a totalidade concreta. Além disso, a dimensão política tal como trabalhada por Cardoso é também marxista, pois consiste na dinâmica da luta de classes.

Não estamos negando o uso que o autor faz de categorias weberianas, como é o caso de patrimonialismo. Contudo a utilização de conceitos estranhos ao pensamento marxista é feita de forma subordinada aos elementos metodológicos do materialismo dialético e se restringe aos fenômenos que não foram desenvolvidos plenamente por Marx.

Quarto: Cardoso subjuga o econômico ao político

Em Marx, há uma determinação recíproca entre a estrutura e a superestrutura, sendo que o econômico aparece como condicionante último dos processos históricos. A despeito de se influenciarem mutuamente, as transformações da superestrutura (dimensões política, cultural, jurídica, social, etc.) devem ser mediadas pelas mudanças que sua dinâmica gera na organização econômica da sociedade, que é responsável por garantir as condições materiais a partir das quais a superestrutura se expressa.

A crítica de Cardoso e Faletto ao economicismo é uma tentativa de resgatar o papel da luta de classes como um determinante no processo de transformação social. O método de “análise integrada”, apesar de ter sido elaborado como uma crítica ao estruturalismo cepalino, deixa clara a relação dialética entre estrutura e superestrutura.

Para esses autores, “os modos de relação econômica [...] delimitam os marcos em que se dá a ação política” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 23). É o grau de desenvolvimento das forças produtivas que delimita tanto as possibilidades das alianças de classes quanto as opções de política econômica capazes de transformar essas próprias forças produtivas. Isso quer dizer que o econômico condiciona o social, e o social transforma o econômico. Não há em Cardoso e Faletto a subjugação do econômico ao político, como afirma Cotrim.

O marxismo eclético

É importante ressaltar que a classificação de Cardoso como pertencente à corrente weberiana está longe de ser consensual na academia, mesmo tendo se tornado tese dominante entre aqueles que se alinham ao pensamento marxista. Podemos citar alguns textos que filiam o autor ao marxismo, de modo explícito ou por meio de indicações quanto à sua metodologia: Dias (2013), Limongi (2012), Laporta (2010), Goertzel (2010), Prone (2010), Watanabe (2010), Koling (2007), Bentes (2006), Pato (2004), Sorj (2001), Batista Júnior (1999), Lahuerta (1999), Goto (1998) e Fiori (1995). Inclusive, essa posição é encontrada até mesmo entre seus críticos, tais como Traspadini (1999), Teixeira (2007) e Katz (2011).

Há também aqueles que fazem alguma ressalva, como é o caso de Hage (2013), que atribui a Cardoso um “marxismo analítico”, e de Bianchi (2010), que aponta um marxismo “limitado” do autor. Além desses, ainda encontramos posicionamentos como o de José Carlos Reis, que, mesmo admitindo grande influência das ideias de Weber, considera que “F. H. Cardoso seria um marxista que aplica à realidade latino-americana o método dialético e não o força a concluir pelo socialismo” (REIS, 1999, p. 268).

Reis (1999, p. 245) lembra que o ecletismo não é uma característica exclusiva de Cardoso: “F. H. Cardoso aplicará bem o materialismo dialético. [...] Entretanto, [...] é também associado a Weber. Ele esteve tão próximo de Weber como [Florestan] Fernandes, talvez até mais próximo”. Mas o autor ressalta que “em *Dependência [e desenvolvimento na América Latina]* ele se afastou mais de Weber e se aproximou mais de Marx. [...] Seu marxismo é, portanto, eclético, ou melhor, ‘sintético’, assim como o de F. Fernandes” (REIS, 1999, p. 246).

O ecletismo é uma característica comum entre as elaborações marxistas tanto de economistas quanto de sociólogos brasileiros, o que não é suficiente para desqualificar a obra de um autor. Veja-se, por exemplo, o caso de Florestan Fernandes, citado por Reis: mesmo

aquelas que insistem em classificar Cardoso como weberiano, associam-no ao marxismo¹⁹ e reconhecem sua importância para a formação de um pensamento sobre o capitalismo brasileiro.

O contraste entre outras correntes teóricas e o marxismo é útil para demonstrar os elementos que se encontram pouco desenvolvidos no segundo, o que não resulta, necessariamente, em um ecletismo acrítico. Diferentemente, esse contraste pode se mostrar como uma importante fonte de aprimoramento teórico. Os próprios conceitos de “dependência” e “imperialismo”, por exemplo, surgiram no seio de teorias burguesas e foram incorporados ao marxismo. A teoria da “deterioração dos termos de troca” foi apropriada por Marini (1981)²⁰, que desenvolveu a partir dela sua proposta sobre a “troca desigual”.

Outra interessante observação a ser feita é o fato de que não há nenhum texto de antes de 1995 que classifique Cardoso como weberiano. A maioria dessas citações de Cardoso se abstém de apresentar qualquer forma de classificação, mas as que apresentam, colocam-no por vezes como estruturalista²¹, reformista ou marxista. Kay (1991), por exemplo, afirma que Cardoso apresenta uma perspectiva marxista, mas o classifica juntamente com Furtado e outros na corrente “reformista” da teoria da dependência, em oposição aos marxistas (ou neomarxistas), tais como Frank, Dos Santos e Marini.

19 É o que faz, por exemplo, Martins, que afirma: “apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, Florestan se aproximará muito mais da versão marxista da dependência” (MARTINS, 2011, p. 258). E ele acrescenta: “nos anos 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes se esforçaram em mostrar o caráter superexplorador do capitalismo latino-americano” (MARTINS, 2011, p. 293). Sobre esse último aspecto, é interessante observar que a obra de Fernandes, na qual não aparece o termo “superexploração”, está mais próxima de Cardoso do que de Marini.

20 E, antes dele, por Emmanuel (1969).

21 Esse posicionamento é muito comum entre os autores de língua inglesa que desconhecem as contribuições de Cardoso para além do livro escrito com Faletto, traduzido em 1979.

Jorge Larraín (1989) aponta Cardoso como um marxista que reconhecia a possibilidade de desenvolvimento²². Lehmann (1986, p. 32), por sua vez, ressalta o marxismo eclético em Cardoso:

talvez se pudesse dizer que seu marxismo prefigurava algumas das versões mais ecléticas hoje correntes na Europa Ocidental, que encontram expressão política no PCI [Partido Comunista Italiano] ou no periódico britânico *Marxism Today*.

Para Smith (1981, p. 761, tradução nossa), Cardoso e Faletto

admitem livremente a sua dívida com Marx, e os tipos de debate que se encontram nesta literatura (como sobre o grau de autonomia a conceder ao Estado) são certamente comuns nos círculos marxistas no Ocidente atual.

Merece destaque a posição de Vânia Bambirra, considerada uma das mais importantes autoras da teoria da dependência. Em seu texto intitulado *Teoria de la dependencia: una anticrítica*, ao falar sobre Aníbal Quijano e FHC, ela afirma “que apesar de suas sólidas formações marxistas, e sua utilização de categorias e metodologia, são heterodoxos” (BAMBIRRA, 1978, p. 12, tradução nossa).

Além disso, antes de 1995, sempre que um autor ressaltava a influência weberiana, isso nunca era feito sem lembrar também de sua raiz marxista – esta normalmente colocada como influência principal. Nesses termos, Packenham (1992, p. 82, tradução nossa) afirma:

22 Ao falar do conjunto de autores que considera como um segundo grupo de dependentistas, o autor afirma: “Eles podem ser estagnacionistas (Sunkel, Furtado, Hinkelammert) ou favorecedores do desenvolvimento (Cardoso, Faletto, Pinto), podem ser marxistas (Cardoso, Faletto, Hinkelammert) ou não marxistas (Pinto, Sunkel, Furtado)” (LARRAÍN, 1989, p. 146-147, tradução nossa).

Cardoso é intelectualmente eclético. Ele mistura elementos da ciência social de Max Weber e de outros não marxistas com o pensamento marxista (sobre as classes) e o pensamento leninista (sobre o imperialismo), que são os principais fundamentos de sua abordagem.

Esse autor ainda questiona o posicionamento daqueles que ignoravam a preponderância da influência marxista em Cardoso (PACKENHAM, 1992, p. 83, tradução nossa):

[...] Defensores do trabalho de Cardoso, que são muito mais numerosos do que os críticos, também não conseguiram perceber que, embora Cardoso seja eclético, ambíguo ou contraditório, ele é muito mais fiel aos postulados e critérios marxistas do que às ideias não marxistas.

Kahl (1988) afirma que os principais modelos de Cardoso são Marx e Weber, mas lembra, também, a importância de tantos outros autores para a formação de seu pensamento. Além de Marx e Weber, a obra de Cardoso e Faletto tem forte influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), como Halperin-Donghi (1982, p. 116, tradução nossa) afirma:

Os seus termos de referência são fornecidos, por um lado, por uma imagem da evolução econômica da América Latina tal como delineada pela Cepal e, por outro, por uma imagem da sociedade latino-americana que é mais autêntica e reflete o legado tanto de Marx como de Max Weber. As duas perspectivas são integradas através da análise histórica concreta, que é a principal preocupação do livro.

Esse mesmo posicionamento de Halperin-Donghi apareceu antes em Paz (1981, p. 74, tradução nossa): “[Cardoso y Faletto] se referem à Cepal em questões econômicas e a Weber e Marx quanto ao

sociopolítico”)²³. Ele associa os autores da dependência²⁴ ao pensamento marxista ao mesmo tempo que ressalta suas insuficiências de enfoque no plano teórico. E, ainda, mesmo sabendo que “não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz” (MARX, 2008, p. 48), acreditamos que, antes de lançar mão de um argumento que tenta desqualificar o oponente ao classificá-lo como pertencente a alguma corrente teórica, é preciso observar como esse autor se vê. Nesse sentido, notamos que sobram indicações de que tanto Cardoso como Faletto se consideravam filiados ao pensamento marxista.

No “Prefácio à edição inglesa”, de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, os autores afirmam que seguem uma tradição metodológica que encontra sua expressão máxima em Marx e que adotam uma abordagem dialética (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. ix). Cardoso retorna a esse mesmo assunto no “Prefácio à nova edição”:

para que [...] não nos jogassem, como diziam, ao “lixo da história” [...], na vala comum do método funcionalista ou do “weberianismo” dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico-estrutural.

23 Esse comentário de Paz levou Osorio a afirmar, em artigo publicado em 1984, que a obra de Cardoso e Faletto “não se trata de um trabalho propriamente marxista, pela combinação teórica ainda enquadrada na matriz Cepal no setor econômico e nas abordagens weberianas quanto às classes sociais” (OSORIO, 1984, p. 43, tradução nossa). Isso provavelmente é devido à influência de Faletto, para quem “o peso das concepções weberianas em seus estudos impede com rigor localizá-lo plenamente no campo do marxismo” (OSORIO, 1984, p. 55, tradução nossa), já que, para Osorio, Cardoso seria dono de uma “rigorosa conceituação marxista” (OSORIO, 1984, p. 44, tradução nossa). Entretanto, nas reedições desse texto, em 1997 e 2004, Osorio suprimiu esses comentários. Posteriormente, em 2009, o autor voltaria a destacar a perspicácia de Paz.

24 Entre os quais, o autor exclui os estruturalistas cepalinos.

E, com isso, explica que “o resgate do marxismo e de sua versão vulgar se fez [no “Prefácio à edição inglesa”] saturando os conceitos de historicidade” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 9-10).

Além disso, os textos de Cardoso sobre a dependência são impregnados de referências a Marx, Lênin e outros autores marxistas, enquanto são escassas as citações de Weber. Esse mesmo panorama pode ser observado nas obras *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de autoria do próprio Cardoso (1962), e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de Prone (2010). E, quando questionados sobre suas influências teóricas, os autores nunca deixam de mencionar a importância do pensamento de Karl Marx. Enzo Faletto, por exemplo, afirmou o seguinte em entrevista recente:

Enzo Faletto: [...] Creio que éramos mais sensíveis à dimensão do histórico, ou seja, à compreensão do processo histórico, o que, obviamente, nos vinculava bastante a certa leitura historicizante, digamos de Marx, leitura que depois voltou a ser feita por alguns, com a difusão de Gramsci (REGO, 2007, p. 205).

Em entrevista concedida a Pedro Luiz Lima (2013, p. 18-19), Cardoso teve a oportunidade de se expressar quanto à sua polêmica classificação:

Pedro Luiz Lima: Muita gente lê sua obra e estabelece uma distinção, talvez também por questões de preconceito político, entre um momento marxiano e um momento weberiano que, a partir da década de 1970, suplantaria aquele momento anterior. Como o senhor avalia essa distinção?

Fernando Henrique Cardoso: Ela é totalmente equivocada.

Pedro Luiz Lima: Sim, porque parece-me que o senhor sempre esteve produzindo textos com uma referência muito forte no Marx, mesmo nos anos 70, seja nas polêmicas com Poulantzas e

Althusser, seja no texto sobre o Marini. Até mesmo em “A Soma e o Resto”, de 2012, o Marx é o autor mais citado do livro, o que eu achei curioso...

Fernando Henrique Cardoso: Sim, porque minha formação foi muito fortemente influenciada por Marx. Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista.

Em outra entrevista, concedida a Sorj e Fausto (2010, p. 60), Cardoso explica essa sua recusa em ser “politicamente” marxista:

Embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e da dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. [...] Não há o inevitável nem o predeterminado na História.

Para concluir nossa análise a respeito da linha teórica à qual Cardoso se filia, devemos nos debruçar sobre a forma como o autor realiza sua pesquisa e desvendar o sentido de seu método da “análise integrada”. Dessa forma, o primeiro problema que encontramos é a falta de referência explícita às categorias marxistas exatamente na obra em que Cardoso e Faletto descrevem tal método, a despeito de elas serem abundantes em outros trabalhos. Acreditamos que seja uma opção estética e se deve ao fato de o livro ter sido

elaborado para um conjunto de interlocutores não marxistas (os autores cepalinos)²⁵. Mas o fato é que a “análise integrada” que apresentam é amplamente compatível com a interpretação de Cardoso sobre a dialética marxista²⁶, até mesmo mais facilmente compreendida a partir desta.

O objetivo da “análise integrada” é de acoplar a leitura da estrutura econômica com os fatores políticos e sociais que dela derivam (superestrutura). As análises econômicas, na visão de Cardoso e Faletto, se baseiam apenas nos condicionantes estruturais, relacionados estritamente com o modo de produção de determinada sociedade. Portanto, eles apontam que é necessário ir além e incorporar a esses condicionantes estruturais tanto os fatores sociais que os compõem (a divisão de grupos e classes que deriva de sua posição no processo produtivo) quanto os fatores que põem em marcha as sociedades (o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais).

Nesse sentido, os autores esclarecem as relações hierárquicas que existem entre esses dois fatores, a partir dos quais se divide a

25 Mesmo sem apresentar categorias marxistas, o livro já sofria certa rejeição. Como Cardoso comenta em entrevista ao falar desse livro, produzido originalmente como um relatório para o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes): “A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado [em 1969]”. “Mas por que não deixaram?”, indaga o entrevistador. Cardoso explica: “Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comedido” (BASTOS, 2006, p. 81). Qual teria sido a reação da Cepal se, nesse texto, Cardoso e Faletto fizessem referências claras a categorias como mais-valor, taxa de exploração e valor-trabalho?

26 Assim como sustenta o próprio Cardoso (1995, p. 91): “não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista”.

totalidade concreta. Em primeiro lugar, a dimensão econômica determina a estrutura social:

Em termos puramente econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia. A partir dessa análise e principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, pode-se inferir a forma que assume a estrutura social (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 18).

Em seguida, a dinâmica da luta de classes, que não resulta de um determinismo derivado da estrutura econômica e de seus processos cumulativos (leis tendenciais), estabelece a preponderância de certas classes e grupos de classes sobre o conjunto da sociedade:

[...] a mudança das estruturais sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 18).

Por fim, o resultado dessa disputa de poder permite que os grupos dominantes direcionem a ação prática de transformação da estrutura econômica, que agirá, claro, em seu benefício. Nas palavras de Cardoso e Faletto (1970, p. 23): “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio”.

E, assim, a nova estrutura econômica, fruto das ações da sociedade sobre a (e limitadas pela) estrutura previamente existente,

estabelece novas formas de relação entre indivíduos, ou seja, altera o conjunto das classes e grupos econômicos e, por conseguinte, influencia o próprio processo de luta de classes²⁷.

Partindo dessas concepções, Cardoso e Faletto (1970, p. 21) se propõem a construir um método que, “ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologias – analise aquelas e éstes em suas determinações recíprocas”. A partir dessas considerações, pode-se ponderar que os autores têm a pretensão de realizar uma análise que chamam de integrada por evidenciar essas determinações recíprocas entre estruturas econômicas e sociais e os processos históricos, animados pelos conflitos de classe. Logo, o que os autores tentam resgatar em sua metodologia não é nada além da célebre frase de Marx: “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

A “análise integrada” evidencia a forma adequada dessas determinações recíprocas: enquanto se depreende, a partir das estruturas econômicas, uma determinada estrutura social, dividida em classes e grupos (estrato de classes ou grupo de classes), o conflito entre essas classes e grupos, animados pelos movimentos sociais, implicará novas transformações nos elementos estruturais (e, portanto, modificações da estrutura social e de dominação). Por isso, Cardoso e Faletto (1970, p. 22) afirmam que “o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe”.

Nesse sentido, o método de análise integrado se propõe a detectar e dar sentido aos eventos dinâmicos da sociedade, relacionados

27 É assim que, por exemplo, ao influenciar as condições econômicas para fundar o capitalismo nas nações dependentes, as classes dominantes geram as condições para a formação do próprio proletariado, a classe antagônica contra a qual deverão disputar o poder político.

com a luta de classes, indo além da análise econômica que foca apenas nos *estéreis* condicionantes estruturais. Há uma relação entre estrutura e superestrutura que é condizente com o materialismo dialético proposto por Marx, com reciprocidade entre esses dois elementos, que se determinam mutuamente, mas que repousam, em última instância, nos elementos econômicos.

Contudo há uma particularidade no pensamento de Cardoso que o distancia da proposição de Marx: a despeito de possuir relevância para a determinação do plano em que se dá o conflito político, os elementos econômicos não são dotados de movimento próprio, sendo toda a dinâmica do sistema derivada da luta de classes (categoria totalizante).

Vânia Bambirra, que tece crítica a respeito da obra de Cardoso e Faletto, em seu livro *O capitalismo dependente latino-americano*, escrito em 1970 e publicado no Chile em 1972, afirma a respeito do método da “análise integrada”:

A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta [...]. No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sobre o ponto de vista sociológico (BAMBIRRA, 2013, p. 49).

Cardoso e Faletto sugerem uma análise que integra o lado econômico e o social do processo de transformação, mas Bambirra (2013, p. 49) diz que:

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico

que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes.

Ou seja, ao combater o vício *economicista* das análises cepalinas, Cardoso e Faletto acabam por cair em uma espécie de *sociologismo*, dando exacerbada ênfase à dinâmica dos elementos políticos. Em outro trabalho, apresento uma crítica, em que afirmo:

[...] A estrutura econômica age, no pensamento cardosiano, apenas como o plano de fundo da luta de classes, sendo que não há espaço para as transformações sociais que seriam fruto dos processos econômicos reificados, como as leis tendenciais derivadas da lógica de funcionamento do capitalismo (FRANKLIN, 2012, p. 78).

Talvez esse sociologismo seja fruto da falha dos autores em aplicar o método por eles proposto, como sugere Bambirra²⁸, ou derive da própria concepção acerca da dialética marxista construída por Cardoso. Mas o fato é que os autores deixam de abordar em seus escritos a *dinâmica* (e apenas a dinâmica) dos elementos materiais que caracterizam a situação de dependência, fazendo-os aparecer somente como um pano de fundo estático.

Esse equívoco metodológico, entretanto, não é suficiente para retirá-los do quadro teórico do marxismo. Como desenvolvem sua forma de análise a partir desse paradigma, a crítica sobre suas elaborações também deve ser fundada nele, e não remetida a outro campo. Além disso, mesmo tendo falhado na percepção da dinâmica econômica, Cardoso e Faletto continuam apresentando uma perspectiva que é, em seu âmago, muito mais próxima do materialismo dialético do que da sociologia compreensiva weberiana.

28 “Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada” (BAMBIRRA, 2013, p. 50).

Conclusão

A postura política do presidente Fernando Henrique Cardoso não dá margem a dúvidas quanto ao seu alinhamento com a direita neoliberal brasileira. Ao aplicar o receituário do Consenso de Washington durante todo o período em que esteve na presidência, FHC fomentou a suspeita quanto à base teórica de seus trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980. Seria Cardoso um marxista, como ele e tantos outros teóricos asseguram? Ou seria ele, como afirmam seus críticos, um weberiano que há trinta anos planejava vender o Brasil para o capital internacional?

Com o intuito de responder a essa questão, voltamo-nos para uma análise exclusiva do pensamento de Cardoso, sem relacioná-lo com o conjunto de políticas aplicadas em seu governo. Nesses termos, iniciamos nosso exame por meio da avaliação das duas linhas distintas de argumentação que sustentam a hipótese quanto à raiz weberiana de Cardoso. Primeiro, vimos aquela que se originou da tese de doutorado de Nildo Ouriques (1995) e observamos que ela estabelece uma analogia inadequada entre o pensamento de Cardoso com o de Max Weber. Em seguida, analisamos a argumentação apresentada por Ivan Cotrim (2001) em sua dissertação de mestrado e vimos que esse autor só consegue alcançar suas conclusões após um conjunto de descontextualizações – e até mesmo adulterações – dos textos de Cardoso.

Após esse passo, apresentamos alguns argumentos contrários. Em primeiro lugar, demonstramos que a classificação de Cardoso como weberiano não é consensual. Há vários autores que o consideram como marxista, mesmo reconhecendo a influência que ele recebeu de tantos outros pensadores. Além disso, argumentamos que não há textos anteriores a 1995 que considerem Max Weber como a principal raiz teórica desse autor, de modo que essa leitura parece derivar de uma crítica ao posicionamento político de FHC.

Em segundo lugar, mostramos que tanto Cardoso quanto Faletto se afirmam como teóricos marxistas. Tal posição é mantida

por Cardoso inclusive após o período em que passou na presidência do Brasil. Por fim, fizemos uma breve análise do método empregado por esses dois autores na sua principal obra, mostrando sua proximidade com o materialismo histórico de Karl Marx, mas ressaltando uma falha que o caracteriza: a rejeição da *dinâmica* econômica como fonte de transformação do concreto.

O que se pode concluir é que, por mais que se façam ressalvas quanto ao seu rigor teórico, à sua apreensão da dialética e das categorias do marxismo, às suas posições políticas e, principalmente, à sua atuação como presidente do Brasil, deve-se reconhecer que a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso se filia ao pensamento marxista. É óbvio que isso não implica concordar com sua teoria, significa simplesmente que as avaliações e críticas internas a ela dirigidas devem ser feitas tendo como principal referência o paradigma fundado por Marx.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Distrito Federal (MEX): Era, 1978.

- BASTOS, Elide Rugai *et al.* **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999.
- BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. **Da internacionalização do mercado ao globalismo**: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177-204, 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. [S. l.]: Editora Record, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependency and development in Latin America**. [S. l.]: University of California Press, 1979.
- CHASIN, José. Rota e perspectiva de um projeto marxista. **Ensaio Ad Hominem**, São Paulo, v. 4, p. 1-41, 2001.
- COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)

- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência**: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DOS SANTOS, Theotônio. Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso: nova etapa da polêmica sobre a teoria da dependência. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 17, p. 121-142, 1996.
- EMMANUEL, Arghiri. **L'échange inégal**: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux. Paris: François Maspero, 1969.
- FIORI, José Luís. Cardoso among the technopols. **NACLA Report on the Americas**, New York, v. 28, n. 6, maio/jun. 1995.
- FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GOERTZEL, Ted. Lembrem-se de tudo que escrevi: o impacto de Fernando Henrique Cardoso sobre as ciências sociais. In: D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio (org.). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GOTO, Roberto. **Para ler Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Geração Editorial, 1998.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de relações internacionais. **Revista Política Hoje**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013.

- HALPERIN-DONGHI, Tulio. “Dependency theory” and Latin American historiography. **Latin American Research Review**, Berkeley, v. 17, n. 1, p. 115-130, 1982.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [Rio de Janeiro]: Ipeadata, 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- KAHL, Joseph Alan. **Three Latin American sociologists**: Gino Germani, Pablo Gonzalez Casanova, Fernando Henrique Cardoso. New Jersey: Transaction, 1988.
- KATZ, Frederico Jayme. **Questionando as teorias da dependência e da financeirização**: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo. São Paulo: Plêiade, 2011.
- KAY, Cristóbal. Reflections on the Latin American contribution to development theory. **Development and Change**, London, v. 22, n. 1, p. 31-68, 1991.
- KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 1-2, p. 137-165, 2007.
- LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição**: entre a política e a profissão. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LAPORTA, Daniel Osterreicher. **Empresário e dependência no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1967)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- LARRAÍN, Jorge. **Theories of development**: capitalism, colonialism and dependency. Cambridge: Polity, 1989.
- LEHMANN, David. Fernando Henrique Cardoso: da dependência à democracia. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 31-36, fev. 1986.

- LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 7-21, jul. 2013.
- LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 94, p. 187-197, nov. 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. Distrito Federal (MEX): Era, 1981.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. A Teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro: crítica a Bresser e Mantega. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 3., 1998, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1998.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar**: reproducción del capital y dependencia. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.
- OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. **Cuadernos Políticos**, Distrito Federal (MEX), n. 38, p. 40-59, ene.-mar. 1984.
- OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *In: GILBERT, Jorge. Introducción a la sociología*. Santiago: Lom, 1997.
- OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. Distrito Federal (MEX): Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2009.
- OURIQUES, Nildo Domingos. **La teoría marxista de la dependencia**: una história crítica. 1995. Tesis (Doctorado en Economía)

- Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 1995.
- PACKENHAM, Robert A. **The dependency movement**: scholarship and politics in development studies. Cambridge: Harvard University, 1992.
- PATO, Christy Ganzert Gomes. **A forma difícil do nosso pensar em brasileiro**: o marxismo smithiano de Fernando Henrique Cardoso. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. **Economía de América Latina**, Distrito Federal (MEX), v. 6, p. 61-81, 1981.
- PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 10-29, dez. 2013.
- PRONE, Leandro Avena. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**: um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- REGO, José Marcio. Entrevista com Enzo Faletto. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-213, jun. 2007.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- SMITH, Tony. The logic of dependency theory revisited. **International Organization**, Princeton, v. 35, n. 4, p. 755-761, 1 out. 1981.
- SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. [Rio de Janeiro]: Jorge Zahar, 2001.
- SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *In*: D'INCAO, Maria

- Angela; MARTINS, Hermínio (org.). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira**: a economia brasileira e o capitalismo mundial. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- THE WORLD BANK GROUP. **Unemployment, total (% of total labor force) (national estimate)**. Washington, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.NE.ZS>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O presidente segundo o sociólogo**: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- WATANABE, Ernesto Salles. **Estado e capitalismo na tradição crítica do pensamento econômico brasileiro**: de Caio Prado Jr. a teoria da dependência. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- WEBER, Max. **Economy and society**: an outline of interpretive sociology. Oakland: University of California, 1978.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- YOCELEVZKY, Ricardo A. Las contribuciones de Enzo Faletto al pensamiento latinoamericano. **Estudios Sociológicos**, Distrito Federal (MEX), v. 22, n. 1, p. 185-201, ene.-abr. 2004.



O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

Para provar a tese de que uma revolução socialista era possível na Rússia do início do século XX, Vladimir Lênin travou um debate com o grupo populista-nacionalista conhecido como *narodniks*¹, no qual evidenciou a existência de relações capitalistas de produção nesse país, como também o modo pelo qual o capital imperialista dos países da Europa Ocidental influenciava o desenvolvimento nacional. Pouco mais de sessenta anos depois, ocorreu um debate similar na América Latina, tendo, de um lado, o marxismo ortodoxo, representado pelo Partido Comunista do Brasil, que apregoava a inexistência do capitalismo nos países latino-americanos, e, de outro, os teóricos da corrente que veio a ser chamada de “teoria da dependência”. Esses últimos buscavam comprovar a tese de que, além de o capitalismo já

1 O termo *narodnik* é o equivalente russo para a palavra “populista”.

se encontrar presente na América Latina, ele só poderia se apresentar em uma forma dependente dos países centrais.

Diante disso, a proposta deste capítulo é a de analisar a influência do pensamento de Lênin nesse debate dos meados do século XX, avaliando como seus argumentos reaparecem no debate latino-americano. A hipótese é a de que suas ideias aparecem divididas em dois grupos de teóricos: aqueles que focam nas relações de competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro dos países avançados – liderados por Ruy Mauro Marini; e aqueles que se voltam para as relações de poder dentro da sociedade e a manutenção de estruturas tradicionais de dominação nos países de capitalismo atrasado – que tiveram em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente.

Para atender aos objetivos propostos, apresentamos as teses do debate russo – divididas entre Lênin e os autores populistas –, seguidas das teses dos principais autores do debate latino-americano – André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, contrapondo-se a Fernando Henrique Cardoso. Por fim, fazemos uma comparação dos argumentos apontados nas sessões precedentes com o intuito de identificar as aproximações entre os debates.

Lênin e os populistas

A Rússia foi o primeiro país dito atrasado em que o marxismo se desenvolveu. Naturalmente, deveria ser também o primeiro em que se daria o debate sobre as possibilidades do capitalismo e sua superação em países com uma inserção periférica no mercado mundial. Esse debate surgiu em um período em que a Rússia iniciava suas experiências no ramo industrial, contando com forte participação do Estado, concedendo subsídios e adotando medidas protecionistas que visavam dificultar as importações e fomentar o mercado interno. Essa indústria nascente, ao mesmo tempo que gerava uma classe de operários, ainda pequena em termos proporcionais, ameaçava a reprodução de relações sociais de produção baseadas na propriedade coletiva

e na cooperação, como o caso dos *artéis* – organizações coletivas de produção artesanal – e das *obshchinas* – comunidades rurais baseadas na posse comum do solo.

Não obstante, o processo de industrialização acontecia com sérias dificuldades, o que fomentou o debate, entre importantes teóricos alemães de diferentes vertentes, sobre a possibilidade de o desenvolvimento capitalista se efetivar no país. Resgatamos os posicionamentos dos economistas populistas, os *narodniks*, e o de Vladimir Lênin.

Teses narodniks

Nas últimas décadas do século XIX, um grupo de populistas russos, conhecidos como *narodniks*, tentou em vão impulsionar um movimento revolucionário capaz de derrubar o regime tsarista e implantar o socialismo na Rússia. Esses populistas, formados basicamente por intelectuais vindos das camadas médias, viam no campesinato a base para o movimento revolucionário. Entretanto, a distância que esses indivíduos tinham dos camponeses e a incompreensão dos processos históricos em desenvolvimento no país foram fatais para a empreitada.

As teses centrais que fundamentavam a estratégia dos *narodniks* eram de que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não era possível, mas também de que não era necessário para a construção do socialismo naquele país². No que tange à possibilidade do desenvolvimento capitalista, os economistas populistas indicavam as dificuldades encontradas por um país que inicia tardiamente seu processo de industrialização. Para Vassili Vorontsov, um influente economista e sociólogo *narodnik*, o capitalismo apresentava intrinsecamente um problema de superprodução, já que os capitalistas recebiam como

2 Apesar de existirem outras teses, serão apresentadas apenas as fundamentais para evidenciar a similitude desse debate com o debate posterior que ocorreu na América Latina. Os pontos apresentados foram retirados de Palma (1978) e Miglioli (1981). Para uma visão mais detalhada, sugerimos conferir Von Laue (1954).

renda (fruto da apropriação de mais-valia) mais do que a capacidade que possuíam de consumir. Portanto, uma parte da produção da sociedade não poderia ser escoada via mercado interno, o que impelia os grandes capitais para o mercado externo.

Como o capital industrial russo não possuía condições de competir com os capitais dos países centrais, que dominavam os mercados mundiais, seu desenvolvimento capitalista encontrava assim seu limite. Os efeitos dessa impossibilidade de desenvolvimento capitalista se cristalizariam no crescente empobrecimento da classe operária, no subemprego e no desemprego.

No entanto, como dito inicialmente, se por um lado o capitalismo não era possível na Rússia, por outro, concluíam os *narodniks*, também não se constituía uma etapa necessária. Eles viam nas estruturas comunais baseadas na propriedade comum da terra, ainda existentes (em decadência) na Rússia do final do século XIX, a essência do socialismo, capaz de formar as bases de uma futura ordem socialista que se espalharia, em seguida, por toda a Europa Ocidental. Por esses motivos, os populistas russos viam a possibilidade de uma revolução socialista em seu país, fundada no movimento dos camponeses e sem a necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa.

Teses de Lênin

Com o intuito de esclarecer as divergências teórico-políticas que encontrava com os populistas russos, Vladimir Ilyich Ulianov (que adotou o pseudônimo Lênin) elaborou a obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (LÊNIN, 1988). A base da crítica de Lênin aos populistas era a falta de embasamento na realidade prática da Rússia por parte de seus formuladores teóricos. Ele discutia a questão da necessidade e da possibilidade do desenvolvimento capitalista no país.

A conclusão a que Lênin chegou é a de que o capitalismo não só era possível na Rússia, como já se encontrava em processo de

disseminação, marcado por uma lentidão não verificada na industrialização dos países da Europa Ocidental. Quanto às mazelas sociais que se mostravam crescentes no país (pobreza, desemprego e subemprego), Lênin argumentou que são marcas características do processo de desenvolvimento capitalista.

Em relação à lentidão do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin aponta três fatores: a incapacidade de uma burguesia nacional fraca em aprofundar o desenvolvimento capitalista; os efeitos da competição entre a indústria nacional e suas rivais da Europa Ocidental; e a grande e inesperada capacidade de sobrevivência das estruturas tradicionais na sociedade russa, que, como apontava Lênin, eram incompatíveis com a lógica capitalista (PALMA, 1978).

Dando prosseguimento, o autor ressaltou a importância do capitalismo para o desenvolvimento de uma posterior sociedade socialista. Ele argumentou que não se pode incorrer no erro (do qual acusa os *narodniks*) de confundir um reconhecimento dos elementos progressivos do capitalismo com uma apologia, ou de deixar esse reconhecimento impedir de observar o lado negativo do capitalismo. Assim, Lênin apontou que a “missão” do capitalismo poderia ser dividida em dois pontos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (LÊNIN, 1988, p. 373).

É importante notar, como aponta Johnstone, que, na referida obra, Lênin buscava não só criticar as teses populistas como também apontar o caminho para a construção de um movimento capaz de levar a Rússia ao socialismo: “demonstrando a instabilidade da burguesia russa, colocava também as bases da estratégia posterior sobre a hegemonia e as alianças de classe” (JOHNSTONE, 1985, p. 115). Uma vez que uma revolução democrático-burguesa era necessária para garantir o adequado desenvolvimento das forças produtivas e tendo em vista que a burguesia nacional não possuía força o suficiente para cumprir sua tarefa histórica, Lênin propunha uma aliança entre o proletariado e o campesinato (liderada pelo

primeiro) para implantar uma “ditadura revolucionário-democrática”, capaz de implantar um governo provisório (ditadura do proletariado) que teria como papel liderar o desenvolvimento capitalista na Rússia nos moldes necessários para a futura sociedade socialista (JOHNSTONE, 1985, p. 118).

Observa-se que a despeito de Lênin considerar que “a idéia de ‘buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o futuro desenvolvimento do capitalismo é uma idéia reacionária” (LÊNIN *apud* JOHNSTONE, 1985, p. 119), ele não aponta a burguesia como uma classe com potencial para a formação de uma aliança para o processo de revolução democrático-burguesa.

O debate da dependência

Aproximadamente sessenta anos depois do debate entre Lênin e os populistas russos, com o florescimento do marxismo na América Latina, toma corpo no continente um debate acerca do caminho que deveria ser percorrido para a implantação do socialismo nas ex-colônias capitalistas. Dividimos aqui esse debate em três agrupamentos distintos: primeiro, apresentamos as teses do Partido Comunista do Brasil, alinhadas ao marxismo ortodoxo divulgado pela União Soviética, seguidas pelas duas vertentes marxistas da teoria da dependência.

Antes de prosseguir com a exposição dessas teses, cabe fazer uma breve digressão pelos motivos que nos levaram a separar a teoria da dependência em duas vertentes distintas. Essa divisão se justifica com o intuito de evidenciar a divergência quanto ao método utilizado na análise. A primeira vertente – composta, entre outros, por Frank e Marini – estabelece um método de análise dialético que busca nas transformações das relações materiais de produção as explicações para as transformações sociais.

Para a segunda vertente, que também é cardosiana, as estruturas materiais indicam apenas um conjunto de possibilidades de

transformação, mas a mudança efetiva é determinada pelo resultado da luta de classes, os elementos que compõem a superestrutura da sociedade. Portanto, a divergência entre as duas vertentes está naquilo que cada uma considera como *motor* da história, ou seja, como fonte de contradições e de movimento: para a primeira, são os elementos econômico-materiais (estruturais); para a segunda, os elementos político-sociais (superestrutura).

Teses do Partido Comunista do Brasil

O Partido Comunista do Brasil (PCB)³ se afirmava como herdeiro da vertente leninista do marxismo e suas orientações políticas derivavam das teses da Terceira Internacional para os países coloniais e atrasados⁴. Nesse sentido, caracterizava a realidade brasileira como sendo dotada de relações feudais ou semifeudais, em um momento histórico de passagem para o capitalismo.

3 O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, também era chamado de Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Em 1961, alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla utilizada em sua fundação (PCB). Sua história foi marcada por amplos períodos de clandestinidade, divisões internas e significativas mudanças de sua base ideológica. Atualmente, há três partidos que se consideram como os herdeiros políticos do antigo PCB: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Cidadania. No presente capítulo, fazemos referência às teses daquele antigo PCB, que naturalmente se distanciam dos programas desses três partidos da atualidade.

4 Similar à abordagem feita sobre as teses dos *narodniks*, apresentaremos aqui apenas o que há de relevante para o objetivo do capítulo. Retiramos essa interpretação da obra de Mantega (1984). Para um detalhamento maior das propostas do PCB para a construção do socialismo no Brasil, sugerimos conferir a obra de Nelson Werneck Sodré, importante intelectual do partido, indicamos sobretudo a obra *Introdução à revolução brasileira* (1978).

Pensava-se que a expansão imperialista do capital dos países centrais impediria o completo desenvolvimento das forças produtivas nacionais, por meio de um processo de pilhagem e extração do excedente. Assim, a fórmula apontada pelo partido para romper com o atraso seria uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional contra o grande latifúndio (de caráter feudal), que, por sua vez, era aliado ao capital imperialista dos países centrais. Essa aliança entre proletários e burgueses deveria ser capaz de promover, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a revolução democrático-burguesa, responsável por desenvolver as forças produtivas, preparando o terreno para uma futura revolução socialista.

Teses da primeira vertente da teoria da dependência

A revisão das teses do marxismo ortodoxo se impôs como necessidade à esquerda latino-americana após a declaração do caráter socialista da revolução cubana. Se uma revolução socialista em países atrasados só poderia ser alcançada após uma revolução democrático-burguesa, que desenvolveria as forças produtivas nacionais, como explicar que uma revolução socialista acabara de ocorrer em um dos países mais atrasados até mesmo para os padrões da América Latina?

Uma das respostas para essa questão veio com o surgimento da teoria da dependência, que procurou compreender a realidade dos países da América Latina como capitalista, mas inseridos de um modo diverso no mercado mundial. Frank é comumente apontado como aquele que inaugurou esse debate, influenciado pelas teorias desenvolvidas por Paul Baran (1977), que, em sua obra *A economia política do desenvolvimento*, buscou tratar como os processos imperialistas do capitalismo influenciam a dinâmica dos países pré-capitalistas.

Frank (1991) vai contra as teses vigentes no marxismo ortodoxo, que apontavam a predominância de relações feudais nos países atrasados. Para ele, seguindo uma linha que já havia sido apontada por

Caio Prado Júnior, o capitalismo se encontra presente e predominante nas relações sociais de produção dos países periféricos⁵. Haveria um problema metodológico por trás das teses do PCB, que se pautava *a priori* pela adoção de abstrações e esquemas teóricos que não se baseavam na realidade concreta do Brasil, o que foi considerado apenas posteriormente. Como essa concepção ignorava a realidade sobre o campo no Brasil, existiam relações predominantemente capitalistas com um resquício da era escravista (mas não feudal), fazendo com que os militantes levantassem bandeiras distantes das reivindicações dos trabalhadores rurais.

Frank ainda indica a existência de um processo de transferência de mais-valia da periferia em direção ao centro, motivo que levaria, na análise do autor, ao estagnacionismo econômico nos países periféricos. O capitalismo possível nos países periféricos, portanto, seria apenas um capitalismo subdesenvolvido, baseado em uma superexploração do trabalho, necessária para garantir a acumulação tanto da classe capitalista local como a transferência de mais-valia para os países centrais. Assim, os países periféricos se encontrariam inseridos em uma relação de dependência que fortaleceria seu subdesenvolvimento. A única solução possível para esse dilema seria a opção pela via socialista.

Coube a Marini desenvolver algumas lacunas que ficaram em aberto no pensamento de Frank. Os principais pontos desenvolvidos por Marini se referem aos processos que levam à transferência do valor entre centro e periferia, mais especificamente à tese de superexploração do trabalho⁶. Esse autor aponta que parte da mais-valia dos países periféricos seria expropriada pelos países centrais,

5 Entretanto, como bem ressalta Dos Santos (2000), Frank incorre no erro de definir um sistema como capitalista a partir das relações presentes na circulação.

6 Os elementos apresentados aqui são um resumo do que é desenvolvido por Marini e Sader (2000).

por meio do que denominou de “intercâmbio desigual”⁷ – processo que leva os países centrais a trocarem produtos por um preço acima de seu valor. O intercâmbio desigual possui duas causas: a elevada produtividade do trabalho nos países centrais – que permite que eles estabeleçam preços de produção menores que os de seus concorrentes, mas mantenham os mesmos preços de mercado – e o poder de monopólio derivado da concentração da produção de manufaturas nos países centrais.

Como forma de responder a essa transferência de valor para os países centrais, os capitalistas dos países periféricos reagem ampliando a massa de valor produzido. Para isso, esses capitalistas precisam ampliar a quantidade de mais-valia gerada por trabalhador, resultando no processo de superexploração da força de trabalho, que consistiria, além do pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho, na exploração de mais-valia absoluta, considerada por Marini como uma forma mais presente na origem da implantação dos sistemas capitalistas em cada país. Sendo transferida parte do excedente captado pela exploração da mais-valia absoluta para os países centrais, o capital nacional não poderia atingir um nível de acumulação que o permitisse engendrar processos de melhoria de produtividade, permitindo uma mudança do foco de exploração para a mais-valia relativa.

Em resumo, essa vertente da teoria da dependência concebia o modo de produção dos países atrasados como tipicamente capitalista, mas diferente dos países centrais. O desenvolvimento capitalista nesses países periféricos era entendido, portanto, como impossível. A solução para o dilema seria uma revolução socialista, do proletariado aliado com a massa camponesa.

7 A teoria do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini parece ser inspirada nas elaborações de Prebisch (1950) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e no debate suscitado por Emmanuel (1969).

Teses da segunda vertente da teoria da dependência

A segunda vertente⁸ da teoria da dependência tem Fernando Henrique Cardoso como seu maior expoente. Ele apresenta as críticas mais ferozes e contundentes aos teóricos da primeira vertente e uma nova forma de abordagem consistente com as críticas realizadas. O autor promove uma dura crítica metodológica à dialética utilizada pelos autores precedentes, indicando que eles, ao criarem generalizações que buscavam nas transformações materiais das forças produtivas as causas da dependência dos países periféricos, ignoram os elementos verdadeiramente dinâmicos dessas sociedades, sobretudo os sistemas de alianças políticas que caracterizam as realidades concretas do capitalismo nesses países (CARDOSO; SERRA, 1980).

Na obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que escreve em coautoria com Faletto (CARDOSO; FALETTO, 2004), Cardoso afirma que não se pode confundir desenvolvimento capitalista com melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e homogeneidade regional – um equívoco muito presente no pensamento de Frank e Marini. Conforme a teoria marxista, o desenvolvimento do capital é um processo contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, de forma que identificar elementos dessa natureza nos sistemas econômicos periféricos não significa dizer que estes não estão se desenvolvendo. Pelo contrário, ao observar surgimento de contradições relacionadas com a composição das forças produtivas, a alocação de fatores de produção, a distribuição da mão de obra, as relações de classe, conclui-se que está em curso um processo de desenvolvimento capitalista.

8 É preciso deixar claro que a denominação dessa vertente como sendo a segunda deriva apenas da conveniência para sua exposição. Em termos cronológicos, a obra de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência surge em concomitância com a de André Gunder Frank.

Não obstante, esse desenvolvimento capitalista não levaria os países periféricos a um tipo de desenvolvimento autônomo, de forma que ainda seria legítimo tratar de um “desenvolvimento dependente-associado” (mas não de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como pretendia Frank e Marini, ou de “predomínio crescente da oligarquia agrário-imperialista”, como indicavam as interpretações do marxismo ortodoxo da época). Esse desenvolvimento pode ser caracterizado como associado, uma vez que os beneficiários desse processo são, além do que Cardoso chamou de burguesia de Estado, as empresas locais associadas às corporações multinacionais, que constituem o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

No pensamento de Cardoso, o caráter dependente ainda continua como característica dessas economias periféricas industrializadas, visto que há um processo de vinculação destas ao mercado internacional, que não se limita apenas ao sistema de importações-exportações. Nessa forma de desenvolvimento, essa relação entre países se dá através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Assim, tanto o fluxo de recursos quanto o controle das decisões econômicas permanecem localizadas no exterior.

Esses investimentos industriais nos países periféricos, no entanto, concentram-se ou em bens de consumo imediato, ou em bens intermediários de *mediana tecnologia*, enquanto o setor de bens de produção, sobretudo os relacionados com a criação de novas tecnologias, se mantém concentrado nos países centrais, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA). Assim, o processo que gera uma dependência tecnológica é, ao mesmo tempo, o processo que gera a dependência financeira (visto que são dos países centrais os influxos de recursos que realizam os investimentos).

Outro mecanismo de reprodução da dependência que ocorre concomitantemente aos acima assinalados é o do crescente endividamento externo, relacionando-se com os demais, que geram novas necessidades de empréstimos para sustentar a importação de tecnologias produzidas nas economias centrais. O autor conclui que

desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 39).

No entanto, a perspectiva revolucionária é completamente abandonada na visão de Cardoso. Em vez de indicar caminhos possíveis para a construção de uma alternativa socialista, o autor prefere apontar as possibilidades de um desenvolvimento dependente e associado capaz de gerar, em certa medida, uma melhoria no bem-estar da classe trabalhadora⁹.

Similitudes

Como podemos ver, existem muitas similitudes entre os debates travados por Lênin e os *narodniks*, e pelo PCB e as vertentes da teoria da dependência. Essas semelhanças são esperadas porque o objeto do debate é o mesmo: a possibilidade e a necessidade da implantação do capitalismo em países atrasados. Não é de se estranhar que as questões levantadas nos dois debates sejam tão similares, afinal, tanto a Rússia quanto o Brasil passavam por processos econômicos parecidos. Na Rússia, ao fim do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização da economia, pautado em medidas protecionistas e de incentivo à instalação da grande indústria – como aconteceu no Brasil a partir da década de 1930 (por volta de sessenta anos mais tarde). A grande peculiaridade do caso russo, que inclusive dá colorido especial ao movimento *narodnik*, é o fato de lá preexistirem relações de produção baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção que tiveram sua existência ameaçada pelo

9 É importante ressaltar que o autor não indica a impossibilidade de uma revolução socialista (nem o contrário), ele apenas se abstém de apontar os seus caminhos.

desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, enquanto os *narodniks* buscavam instaurar um socialismo que preservava as formas anteriores de organização, todas as vertentes do debate brasileiro tinham como objetivo a criação de relações de produção novas, ainda não experimentadas pela história do país.

Por outro lado, há que se ressaltar alguns elementos que nos exigem cautela ao comparar esses dois debates. Primeiramente, temos que ter em consideração o grau de desenvolvimento do capitalismo como um todo nos dois períodos. Enquanto a forma de imperialismo praticada pelas economias centrais no final do século XIX era baseada na dominação de mercados das economias periféricas (normalmente produtoras de matéria-prima), em meados do século XX a lógica de expansão do grande capital era por meio da inserção direta nessas economias, realizando a produção *in loco* e extraindo o excedente na forma de lucro e de juros.

Um segundo elemento que nos exige certa cautela é o fato de que o debate realizado na Rússia aconteceu em um momento no qual a revolução socialista se apresentava apenas como hipótese no imaginário dos revolucionários e intelectuais. Já no Brasil, o debate ocorreu sob a luz de revoluções socialistas concretas que se desenvolveram por diferentes lógicas (algumas *vindas do alto*, outras com caráter de *revolução popular* etc.).

Feitas as ressalvas, vejamos, pois, como os argumentos se repetem no debate que ocorre na América Latina. Para avaliar essa relação, concentra-se a análise em seis argumentos que marcaram o debate. O primeiro diz respeito à importância que cada uma das correntes lega às relações pré-capitalistas de produção presente nos países atrasados ou dependentes (feudal, escravista, colonial, entre outras). Em outras palavras: as relações pré-capitalistas de produção seriam de tal forma preponderantes a ponto de podermos caracterizar a referida sociedade como não capitalista?

O segundo argumento se refere às possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pleno em países atrasados. Pleno no sentido

de apresentar todos os elementos necessários de um capitalismo que seja capaz de cumprir sua função na passagem histórica para o socialismo. É importante ressaltar que não nos referimos a um capitalismo autônomo, desenvolvido, ou similar ao dos países centrais.

Uma questão que se coloca então é se esse desenvolvimento do capitalismo é um passo necessário para a eclosão de uma revolução socialista, ou seja, para a passagem da sociedade atual para um modo de produção socialista. Essa é a famosa tese do salto histórico, da possibilidade de pular etapas no desenvolvimento da sociedade. Isso se constitui como o terceiro argumento da análise.

O quarto ponto diz respeito à preservação das relações tradicionais de dominação nos países capitalistas após o surgimento do capitalismo. As relações tradicionais são pautadas por lógicas não econômicas, não monetárias, contrapondo-se às relações modernas, difundidas nos países em que houve processos de revoluções burguesas mais contundentes. Esse elemento é uma forma de reconhecer que o capitalismo dos países atrasados, a despeito de poder ser pleno, não precisa apresentar exatamente as mesmas características dos países centrais.

Como quinto argumento, apresentamos a opinião dos autores quanto à força da burguesia nacional para levar adiante um projeto de transformação da sociedade. Esse elemento é fundamental para determinar quais alianças entre classes seriam possíveis de serem formadas para impulsionar o processo revolucionário – ou não tão revolucionário, no caso da segunda vertente da teoria da dependência. Essa estrutura de alianças consiste no sexto e último argumento analisado.

Claro que temos consciência de que um debate tão complexo não pode ser resumido a um conjunto de argumentos apresentados de uma forma simplificada, mas esse método de análise do discurso pode evidenciar a ocorrência de alguns erros de percurso e do modo como nem sempre o desenvolvimento dos conhecimentos se apresenta como um acúmulo contínuo de saber.

Quadro 1 – Semelhanças entre as vertentes do debate sobre o capitalismo nos países atrasados

Argumento	Vertente				
	<i>Narodniks</i>	Lênin	PCB	TD: 1ª vertente	TD: 2ª vertente
Preponderância das relações pré-capitalistas	X	-	X	-	-
Capitalismo é possível	-	X	X	-	X
Capitalismo é necessário	-	X	X	-	X
Preservação de estruturas tradicionais	-	X	-	-	X
Tese da "burguesia fraca"	X	X	-	X	X
Alianças estratégicas	camponeses	proletários e camponeses	proletários e burgueses	proletários e camponeses	capital internacional, Estado, burguesia nacional

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 1, apresentamos uma sistematização desses principais argumentos e a forma como aparecem nas vertentes do debate. É interessante observar que, apesar de se considerar herdeiro do pensamento leninista, o PCB adota argumentos compatíveis com os *narodniks* e contrários ao próprio Lênin. O partido considerava que a realidade brasileira era preponderantemente dotada de relações semifeudais, similarmente ao pensamento do populismo russo. Da mesma forma que Lênin criticou seus contendores por desconhecerem a realidade prática da sociedade da qual discutiam, as vertentes da teoria da dependência criticaram da mesma forma o pensamento do PCB. Ademais, tanto o PCB quanto os *narodniks* não reconheciam a possibilidade de sobrevivência das estruturas tradicionais no sistema capitalista. O destaque para o PCB, porém, diz respeito ao seu posicionamento quanto à força e ao papel da burguesia. Nesse ponto,

o partido é totalmente contrário a todas as outras vertentes, apontando a possibilidade de uma aliança entre o proletariado e a burguesia para a consecução de uma revolução democrático-burguesa, algo que o partido foi obrigado a rever após o golpe militar de 1964 no Brasil.

A primeira vertente da teoria da dependência, a despeito de criticar a leitura que o PCB faz da realidade, resgata todas as demais argumentações dos populistas russos elencadas no Quadro 1. Essa vertente aponta que, apesar de o capitalismo ser o sistema existente nos países periféricos, seu desenvolvimento era impossível (mas também não era necessário). A semelhança com o pensamento de Lênin se resume no reconhecimento da existência de uma classe proletária, capaz de dirigir um processo revolucionário.

Já a segunda vertente da teoria da dependência, mesmo apresentando um método dialético tão distinto do utilizado por Lênin, conserva um argumento muito próximo da postura leninista, utilizando quase os mesmos argumentos desse autor para criticar a vertente anterior. As ressalvas vão para a forma específica como as estruturas tradicionais aparecem transformadas no capitalismo dos países atrasados (na figura da burguesia de Estado), para o abandono da postura revolucionária socialista (totalmente incompatível com o posicionamento de Lênin) e para a visão subsumida que as alternativas dessa vertente colocam.

Um ponto interessante de se observar é que todas as vertentes que consideram o capitalismo impossível também não o consideram necessário (e vice-versa). Essa postura parece sintoma de um certo voluntarismo na elaboração desses pensamentos. Já para aqueles que acreditam que o capitalismo é tanto possível quanto necessário, cabe destacar a divergência na forma como essa necessidade se concretizaria: para Lênin, o desenvolvimento capitalista deveria ser guiado pela ditadura do proletariado; para o PCB, deveria ser alcançado por uma revolução burguesa nos moldes da Revolução Francesa; já para a segunda vertente, não haveria a necessidade de uma revolução (nem burguesa e nem socialista) para o desenvolvimento das forças produtivas.

Conclusão

Neste capítulo, propusemos uma análise da semelhança do debate travado entre Lênin e os populistas russos, conhecidos como *narodniks*, em comparação com o debate ocorrido na América Latina, quase sessenta anos depois. Para tanto, foram apresentados os principais posicionamentos e argumentos de cada uma das vertentes, focando nos pontos necessários para a presente análise. Verificamos, com isso, a existência de uma grande semelhança entre essas vertentes – sobretudo entre os *narodniks* e os teóricos da primeira vertente da teoria da dependência, e entre Lênin e os teóricos da segunda vertente da mesma teoria.

Como Marx (1975) aponta na obra *18 Brumário de Louis Bonaparte*, os fatos históricos acontecem duas vezes: uma vez como tragédia, outra como farsa. Parece-nos que algo similar tem ocorrido no debate dentro do marxismo como uma evidência de que os esforços de interpretação de um determinado momento pouco são utilizados para a construção do conhecimento em momentos posteriores. Nesse sentido, a repetição desse debate histórico se realiza não como farsa, mas antes como uma verdadeira comédia, em que os diversos personagens teimam em escorregar nos mesmos erros que seus precedentes.

Referências

- BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 23, p. 34-80, 1980.
- DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- EMMANUEL, Arghiri. **L'échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux**. Paris: François Maspero, 1969.
- FRANK, André Gunder. **El subdesarrollo del desarrollo: un ensayo autobiográfico**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. *In*: HOBBSAWM, Eric J. (org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Louis Bonaparte**. Coimbra: Centelha, 1975.
- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?. **World Development**, Oxford, v. 6, p. 881-924, 1978.
- PREBISCH, Raul. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

VON LAUE, Theodore H. The fate of capitalism in Russia: the narodnik version. **The American Slavic and East European Review**, v. 13, n. 1, p. 11-28, 1954.

Reforço e desconstrução de um mito: o peso do Estado no desenvolvimento da sociedade brasileira para Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso e Jessé Souza

*Pollyanna Paganoto Moura
Rodrigo Emmanuel Santana Borges*

Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso foram dois autores que buscaram interpretar o Brasil a partir de uma análise concreta da realidade brasileira, rompendo com padrões pré-concebidos que dominavam o pensamento de suas épocas, assim como Jessé Souza, desde as últimas décadas do século XX. Nesse sentido, Cardoso buscou superar algumas teses pessimistas que exerciam influência na esquerda intelectual, cujas versões mais simplistas e vulgarizadas argumentavam que o Brasil só poderia se desenvolver após romper com um

passado de dominação colonial e um presente de dependência econômica externa. Para tanto, o autor circunscreveu seu debate dentro do paradigma marxista, com aportes weberianos, seguindo a tradição dominante no pensamento sociológico do período. Faoro foi além, tentou construir um pensamento que fosse completamente desvinculado do marxismo e weberianismo clássicos e que desse conta das especificidades de um Brasil que, ao não compartilhar com o passado feudal das nações de vanguarda, não compartilharia de seu presente capitalista, pautado no cálculo racional do lucro.

Ambos os autores quiseram romper com as amarras intelectuais de seu tempo, criando teorias que pensassem um Brasil com a mentalidade de brasileiros. Mas os dois chegaram a resultados muito distintos. Enquanto o pensamento de Faoro foi marcado por um pessimismo quanto ao futuro da nação, prisioneira das vontades de um estamento burocrático que sufocava a sociedade civil, Cardoso afirmava que o desenvolvimento em terras tupiniquins era possível, mesmo que de forma dependente e associada.

Ao mesmo tempo que os autores supostamente abandonaram pensamentos pré-concebidos a respeito da realidade brasileira, eles utilizaram um mesmo elemento central em suas teses: o estamento burocrático derivado de um estado patrimonialista. Apesar de esse elemento estar presente na obra de Cardoso e ocupar um lugar central em seu pensamento, ele é mais visível na obra de Faoro.

Objetivamos evidenciar as relações entre o pensamento de Faoro e de Cardoso, no que tange ao papel da burocracia estatal no desenvolvimento da nação, em contraste à posição de Jessé Souza. Esse não é um debate inédito, há outros autores que abordaram o tema de forma similar. Sérgio Tavolaro (2005), por exemplo, defende a posição de que não há uma ligação entre os pensamentos de Faoro, como representante da vertente sobre a herança patriarcal-patrimonial no Brasil, e de Cardoso, representante da teoria sociológica da dependência. Segundo esse autor, o único ponto de

semelhança entre os dois seria a ideia de que o Brasil apresenta um desvio em relação à modernidade, comparado com a forma em que ela se manifesta nos países centrais.

Já Luiz Werneck Vianna (2006) defende a ideia de que o pensamento de Cardoso só se aproxima de Faoro ao falar sobre as raízes patrimoniais da sociedade brasileira, após o primeiro ocupar o cargo de presidente da República. Assim, Vianna afirma que essa é a origem das políticas engendradas por Cardoso na década de 1990, com um processo de abertura econômica, desaparelhamento do setor produtivo estatal e reforma da gestão do Estado. Marcos Ribeiro (2010), apresentando uma interpretação mais próxima à que será explorada aqui, aponta para a centralidade do conceito de patrimonialismo em toda a obra de Fernando Henrique Cardoso, sendo, também, um elemento fundamental para as medidas tomadas por este durante o exercício da presidência.

Diferente do que faremos aqui, os referidos autores não olharam para a figura do estamento burocrático, mas do regime patrimonialista ao qual está subordinado explícita ou implicitamente, em contraste às últimas obras de Jessé Souza. A fim de contribuir para esse debate, apresentaremos a concepção dos dois autores em relação ao estamento burocrático, evidenciando suas semelhanças e dissimilaridades. Iniciaremos pelo pensamento de Faoro, analisando a forma como ele trata o estamento burocrático na obra *Os donos do poder*, de 2000. Em seguida, apresentaremos o pensamento de Cardoso, destacando como esse mesmo conceito está presente de uma forma transversal em toda sua obra. Depois, traremos à luz as críticas feitas por Jessé Souza aos enfoques desses autores, mais especificamente sobre a relação derivada ou subordinada das reflexões sobre estamento burocrático diante da acepção, em várias arestas pré-concebidas, do patrimonialismo seja como “jabuticaba brasileira”, seja como a dimensão que se lhe imputa. Por fim, traçaremos alguns comentários a título de conclusão.

O estamento burocrático em Raymundo Faoro

Na concepção de Raymundo Faoro, a camada de poder que paira sobre as classes e domina o Estado brasileiro é o que ele chama de estamento burocrático, que se constitui no aparelho político-administrativo do Estado. Esse estamento se fecha sobre si mesmo, no sentido de que, a despeito de ter sido composto para gerenciar os negócios de outro (primeiramente, os negócios privados do príncipe e, depois, a coisa pública), busca atender apenas seus próprios interesses. O estamento burocrático domina a esfera econômica, subjugando as classes ao seu próprio interesse. Nas palavras de Faoro (2000, p. 826):

O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Atuar diretamente ou mediante incentivos serão técnicas desenvolvidas dentro de um só escopo.

O termo “burocrático”, utilizado por Faoro, não tem o sentido modernizador (positivo) como em Max Weber. Diferentemente, ele representa a apropriação do cargo público por parte daquele que o exerce, explorando economicamente o monopólio que possui sobre o exercício de função pública, direcionando a economia conforme seus interesses. Assim, esse caráter burocrático do estamento impede o desenvolvimento da calculabilidade e da racionalidade econômica, marcas do capitalismo de caráter industrial. Ao invés de a burocracia garantir a impessoalidade da gestão pública, ela proporciona exatamente o contrário, não a pessoalidade do chefe do governo, mas a

pessoalidade por parte daqueles que compõem o aparelhamento do Estado em todos os níveis.

Já o termo “estamento” se refere ao fato de que essa camada de poder não constitui uma classe. O estamento é uma camada social¹ que surge a partir de uma comunidade possuidora de uma identidade própria, baseada em um prestígio que emana do exercício do poder e se infunde em toda a sociedade. Faz parte da cultura estamental a diferenciação pessoal que caracteriza a dominação tradicional. Para fazer parte do estamento, o sujeito deve se mostrar apto, precisa possuir a capacidade e o perfil adequado, condizente com o estamento. Não importa a classe a qual pertença: seja das classes aristocráticas, seja das burguesas, seja das oprimidas, uma vez que um indivíduo é integrado ao estamento burocrático, passa a possuir privilégios e emanar uma autoridade própria.

A classe, por sua vez, para Faoro, é um fenômeno de mercado, econômico, que pode ou não constituir uma identidade e agir em conjunto na defesa de seus próprios interesses. O que diferencia os indivíduos de classes diferentes é a forma como exploram seus bens. O autor destaca a existência de três classes com seus polos positivos e negativos: a classe proprietária, a classe lucrativa (ou especulativa) e a classe média.

A classe proprietária se define pelas diferenças de bens, que determinam a situação dos membros. O setor positivamente privilegiado se compõe de senhores de rendas – rendas colhidas em imóveis, escravos, barcos, valores e créditos. No pólo contrário, gemem os objetos da propriedade (escravos), *déclassés*, devedores, pobres. A classe lucrativa (especulativa) encontra seu caráter nas probabilidades de valorização de bens e serviços no mercado – comerciantes, armadores, industriais, empresários agrícolas, banqueiros e financistas [...]. Os trabalhadores, qualificados,

1 No sentido de que é um fenômeno social, não econômico.

semiquualificados e braçais, se agrupam no extremo negativamente privilegiado. A chamada classe média recolhe as camadas intermediárias dos grupos proprietários e especuladores e mais setores de expressão própria: a pequena burguesia antiga e a nova classe média dos empregados com *status* quase autônomo (*white collar*) (FAORO, 2000, p. 237, grifos do autor).

O estamento paira sobre as classes, insensível ao embate entre elas. Ele se aproxima das classes média e proprietária quanto ao estilo de vida, mas é, sobretudo, da classe lucrativa que se alimenta. O estamento cerceia a livre iniciativa e direciona a classe lucrativa para as atividades econômicas que julga mais interessante.

Fica claro que o conceito de classe utilizado por Faoro não é equivalente aos homônimos marxista e weberiano, nem é sua proposta. O autor se esforça para empregar os conceitos habituais das ciências políticas e sociais e usá-los com um sentido próprio, como julga mais adequado para a compreensão da realidade brasileira.

A origem do estamento burocrático

Em Faoro, um estamento, como um agrupamento de pessoas que desfrutam de um mesmo privilégio decorrente de um *status* pessoal, é uma formação social que surge de modo espontâneo em qualquer sociedade que não seja dominada pelo mercado. O desenvolvimento do capitalismo, com seu caráter modernizante, tende a reduzir o prestígio do estamento, aproximando-o da extinção, semelhante ao ocorrido em países como Inglaterra e França, que apresentaram em algum momento de sua história um passado feudal. No entanto, o feudalismo, para Faoro, é uma formação social acidental, um “desvio na formação da nação politicamente organizada” (FAORO, 2000, p. 36).

Assim, a capacidade de sobrevivência que o estamento burocrático demonstra no percurso histórico do desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, está relacionada com o fato de que o país não

experimentou o desvio feudal em sua formação. Em vez do feudalismo, o país conheceu a monarquia patrimonialista, importada de Portugal. O patrimonialismo não logrou ser suplantado pelo capitalismo de caráter industrial. Em seu lugar, como única alternativa possível, surgiu o que Faoro caracteriza por capitalismo politicamente orientado, um tipo específico que não só preserva o estamento burocrático como é dirigido por ele.

Esse capitalismo político se constitui como o único capitalismo possível, posto que, desde a formação do Estado português, o desenvolvimento da atividade lucrativa foi controlado pelo estamento, inicialmente como negócio do príncipe e posteriormente como negócio público. A livre iniciativa não dispõe da autonomia necessária para buscar no desenvolvimento da atividade econômica a satisfação do seu desejo de lucro. Na verdade, ela se aproxima do Estado, que a tutela, e mendiga concessões e monopólios que o estamento distribui da forma que lhe convém.

Em uma sociedade patrimonialista, dominada pelo estamento, como a sociedade brasileira, ele se constitui na ponte que liga essa sociedade com o mundo externo, de modo que as transformações modernizantes que surgem como uma pressão política ou econômica internacional só são incorporadas após digeridas e adaptadas à realidade do estamento. O modo de produção capitalista, portanto, só se difunde nessa sociedade após ser modificado e adaptado para a realidade estamental. A modernização transforma a sociedade para preservar a estrutura de dominação tradicional.

Assim, o estamento burocrático guarda suas origens no passado patrimonialista, mas não pode ser considerado o resto de um passado que persiste fora de seu tempo. Ao contrário da crítica marxista e liberal, que considera a existência de resquícios feudais em uma sociedade capitalista moderna como um fenômeno transitório, Faoro (2000) destaca que o capitalismo politicamente orientado não é uma etapa intermediária na passagem para o capitalismo, mas a forma como este se desenvolve sobre os países de herança patrimonialista.

A crítica liberal e a marxista, ao admitirem a realidade histórica do Estado patrimonial, com sua alma no capitalismo politicamente orientado, partem do pressuposto da transitoriedade do fenômeno, quer como resíduo anacrônico, quer como fase de transição. Ambas, na verdade, comparam a estátua imperfeita a um tipo ideal, este, em termos de distância histórica, de existência mais curta, de cores mais embaralhadas que a clara visão de seus ideólogos (FAORO, 2000, p. 821-822).

A industrialização dirigida pelo estamento

Para Faoro, o capitalismo comercial, politicamente orientado, surgiu cedo na sociedade portuguesa. A estrutura patrimonial, ao impedir a calculabilidade e a racionalidade, gerou um efeito estabilizador na economia, impedindo a difusão do capitalismo industrial. Em Portugal, a “atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe incremento autônomo” (FAORO, 2000, p. 40).

Essa estrutura patrimonialista, transplantada para o Brasil, legou ao Estado a incumbência de dirigir o processo de industrialização da economia. Faoro destaca que esse processo foi levado a cabo pelo estamento burocrático após a Revolução de 1930, movido pelo propósito de emancipar o país da subordinação externa. A industrialização, vista como a única forma de superar a dependência, consolidou o domínio político do aparato estatal sobre a economia, agora com foco na atividade produtiva.

O resultado de uma ampla intervenção estatal no setor industrial, ora incentivando, ora produzindo diretamente sob o controle do estamento, é a incapacidade de desenvolver, na iniciativa privada, a capacidade para o cálculo racional. Outro ponto de destaque é que, do mesmo modo que na monarquia patrimonialista o extrato mais lucrativo da atividade comercial ficava sob o domínio direto do príncipe,

nesse capitalismo politicamente orientado de matriz industrial, as atividades essenciais para a industrialização ficam sob o controle direto do estamento burocrático. A iniciativa privada não é impedida de atuar, mas quando atua o faz por meio de concessões e incentivos do Estado.

A burocracia estatal em Fernando Henrique Cardoso

A preocupação em abordar os impactos da existência de um grupo social, desvinculado das classes econômicas, que domina o aparelho estatal está presente desde cedo nas obras de Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário de Faoro, Cardoso demonstra uma preocupação em respeitar as conceituações teóricas dos autores clássicos das ciências sociais. Por esse motivo, o autor evita olhar para o estamento como um grupo autônomo em relação às classes, como faz Faoro. Em vez disso, ele busca vincular as ações do estamento com os interesses da classe burguesa, ao mesmo tempo que indica que as relações políticas devem ser levadas em consideração nos estudos do desenvolvimento econômico.

Para evidenciar a importância e o papel do aparelhamento do Estado no pensamento de Cardoso, faremos a seguir um resgate desse assunto conforme algumas de suas obras. Tal abordagem se inicia com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, escrita em 1962, em que o autor destaca o papel do estamento burocrático para garantir os interesses da Coroa portuguesa no início da formação do Rio Grande do Sul e mostra como esse estamento foi posteriormente dominado pelos senhores de terras locais (CARDOSO, 1962).

Mas é na década de 1970 que o estamento burocrático ganha mais importância no pensamento do autor, ao mesmo tempo que ele se volta para a questão da dependência brasileira. Na obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrita em 1970 em coautoria com o sociólogo marxista chileno Enzo Faletto, eles afirmam que o desenvolvimento dos países latino-americanos é retardado pela tentativa dos grupos políticos de dominação tradicional de se manterem

no poder. Além disso, evidenciam que, pela ação dessas forças políticas, a implantação do modo capitalista de produção não gera obrigatoriamente um processo de modernização no sentido de exclusão dos “grupos tradicionais” na dominação da vida econômica (CARDOSO; FALETTO, 1970).

Essa referência não é tão explícita pelo fato de os autores não falarem sobre um país em específico, mas da América Latina como um todo. Fica claro, porém, no artigo “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, publicado originalmente em 1973, o significado desses “grupos tradicionais” no Brasil.

A título de mera ilustração: amiúde o “partido” nas sociedades dependentes é um “setor do Estado” ocupado por um “grupo social”. Entretanto, esse “grupo social”, embora implemente interesse econômico de classe (em última instância...) pode muito bem estar constituído sob a liderança de “funcionários”, ou seja, de membros do aparelho do Estado (CARDOSO, 1978, p. 391).

É na obra *Autoritarismo e democratização*, de 1975, que Cardoso apresenta sua conceituação de forma mais cristalizada sobre o tema, e que a semelhança com o pensamento de Faoro fica mais aparente. Nela, o autor trata do peso que tem “uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele [...] transplantada para a América sem jamais ter sido realmente europeia” (CARDOSO, 1975, p. 12) para a formação de um desenvolvimento capitalista dependente e associado no Brasil.

Nessa obra, o autor analisa a forma como o Estado patrimonial português influenciou a formação das cidades na América, cujas sociedades se estruturavam em torno de dois tipos sociais: o funcionário e o senhor de terras. Em seguida, descreve como, no decorrer da história do Brasil, o domínio do estamento burocrático conseguiu sobreviver, enfrentando períodos de altos e baixos, consolidando-se no golpe de 1964. O autor estabelece a ligação entre o regime autoritário, o estamento burocrático e suas vinculações com a classe burguesa:

Eu penso que os regimes deste tipo [antidemocráticos], nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d'être* [...] nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo (CARDOSO, 1975, p. 40, grifo do autor).

O controle do aparelho produtivo por parte do estamento burocrático dá origem ao que Cardoso chama de burguesia de Estado. Além disso, é preciso destacar que, ao dizer que o estamento controla o Estado, o autor não está supondo que ele faça isso acima dos interesses das classes. Ao contrário, Cardoso é enfático ao afirmar que os interesses da classe burguesa são garantidos pelo estamento em uma relação intermediada pelos “anéis burocráticos”.

A burguesia de Estado e os anéis burocráticos

Como ressaltado, Cardoso busca relacionar a existência do estamento burocrático com os interesses burgueses, de forma que o primeiro não se constitui em um grupo autônomo, desprendido das relações de classe. Para tanto, ele utiliza os conceitos de burguesia de Estado e de anéis burocráticos.

O primeiro conceito se refere a uma parcela do estamento burocrático que desempenha um papel reservado à classe burguesa: explorar o trabalho através da propriedade dos meios de produção. O que faz essa camada não ser um extrato da classe burguesa propriamente dita é o fato de que os meios de produção que estão à sua disposição são de propriedade pública, organizados em empresas estatais.

Essa formação está relacionada com a difusão de empresas estatais que aconteceu, sobretudo, a partir da década de 1930 e ganhou força no regime militar, em 1964. Cardoso destaca que apesar de o regime de propriedade dos meios de produção ser público, o mesmo

não pode ser dito sobre seu controle (no sentido de que não se vinculava com os desejos da população).

O capital, como afirma Cardoso (1975, p. 17), “não conhece distinção entre ‘público’ e ‘privado’”, de modo que a existência desse grupo social distinto dos seus correspondentes privados não altera os mecanismos econômicos do capitalismo, servindo, no fim das contas, como um suporte para a acumulação capitalista. Não obstante, a burguesia de Estado gera grandes mudanças nos aspectos políticos, no sentido de que o âmbito de decisão do processo produtivo não se restringe ao ambiente da empresa, podendo ligar-se a questões políticas mais amplas – quiçá a um movimento de um estatismo expansionista.

Por fim, essa burguesia de Estado, de qualquer forma, tornou-se um agente importante no desenvolvimento da sociedade brasileira, compondo, juntamente com o empresariado nacional e com as empresas multinacionais, o que Cardoso denominou de “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

Ainda dentro do esforço que o autor empreende para evidenciar a forma como o estamento burocrático se encontra relacionado com os interesses da classe dominante, vemos o conceito de “anéis burocráticos”. Nas palavras do próprio Cardoso (1978, p. 391-392):

Por esta expressão entendo o círculo de interesses que se forma compatibilizando os anseios políticos e as necessidades econômicas de grupos e facções de classes distintas (a própria burocracia, especialmente a militar, o empresariado nacional ou estrangeiro, as empresas do Estado, etc.) para, num dado momento, sustentar um conjunto de políticas.

Com esse conceito, Cardoso ressalta que o Estado não figura como um elemento autônomo diante da classe dominante, mas que existe um processo de simbiose entre o Estado e a sociedade civil. Os interesses de grupos distintos são executados pelo Estado, transmitidos para o aparato de funcionários públicos por meio desses anéis burocráticos.

De um lado, a existência desses anéis remove o caráter de dominação tradicional do estamento burocrático, ao relacioná-lo com os interesses de classes. De outro, evidencia o processo de “privatização” do Estado, no sentido de que diferentes grupos da burocracia que se encastelam na máquina pública se vinculam a interesses puramente privados.

Patrimonialismo como pseudoexplicação e elemento ideológico da elite em Jessé Souza

Conforme explicitamos, o estamento burocrático derivado de um estado patrimonialista é um elemento mais visível na obra de Faoro, mas tanto existe como também ocupa um lugar gordiano no pensamento de Cardoso.

Jessé José Freire de Souza reiteradamente ataca esta visão do estamento burocrático patrimonialista, entendida como invertida, deturpada e extremamente conveniente para as elites dominantes brasileiras. Um produto ideológico dos mais eficazes da burguesia brasileira como projeção de uma identidade nacional.

O estudo da identidade brasileira e de suas formas ideológicas aparece como crescente preocupação para o autor a partir do final dos anos 1990. Já em 2003, podemos notar uma postura crítica e tese definidas quanto ao patrimonialismo:

No âmbito da sociologia latino-americana e, especialmente importante para nossos fins, no âmbito da sociologia brasileira, o paradigma dominante no século XX também encadeia as noções de personalismo, familismo e patrimonialismo de modo a fundamentar a ideia de uma sociedade pré-moderna (SOUZA, 2003, p. 13).

Surgida com inspiração de uma maneira unilateralmente peculiar de interpretar Gilberto Freyre, a imagem da especificidade e identidade do brasileiro atada ao *jeitinho* e a um desdobramento institucional na corrupção do Estado patrimonialista apareceria, em realidade,

como dominante da inteligência brasileira “dentro da ordem” (para tomar emprestado termo de Florestan Fernandes):

A tradição inaugurada por Sérgio Buarque e arrasadoramente influente até hoje não percebe a ação das classes sociais, daí que tenha criado o “brasileiro genérico”, o homem cordial, ou o homem do “jeitinho brasileiro” para um DaMatta. O conflito entre as classes também é distorcido e tornado irreconhecível, sendo substituído por um falso conflito entre Estado corrupto e patrimonial e mercado virtuoso. Ainda que todo o noticiário atual milite contra essa percepção, sem uma desconstrução do sentido velho e uma reconstrução explícita de um sentido novo, seremos feitos de tolos indefinidamente. É por conta dessa inércia provocada pela força de concepções passadas que pensamos os problemas brasileiros sob a chave do patrimonialismo e do populismo, dois espantalhos criados para tornar possível a aliança antipopular que caracteriza o Brasil moderno desde 1930 (SOUZA, 2019, p. 12).

A função moral desse constructo é destacada:

Afinal, é preciso convencer todo um povo de que ele é inferior não só intelectualmente, mas, tão ou mais importante, também moralmente. Que é melhor entregar nossas riquezas a quem sabe melhor utilizá-las, já que outros são honestos de berço, enquanto nós seríamos corruptos de berço. Além disso, se juntarmos o preconceito do suposto patrimonialismo congênito com o Estado como lugar da elite corrupta e com a noção antipopular e preconceituosa de “populismo” – também produto de intelectuais, que diz que nosso povo é desprezível e indigno de ajuda e redenção, contaminando toda a política feita em seu favor –, explicamos em boa parte a miséria da população brasileira (SOUZA, 2019, p. 20).

Estaria consubstanciada, assim, a “ideologia do vira-lata brasileiro”:

O embuste se torna completo por ter também inventado o conceito mais fajuto e ao mesmo tempo mais influente de todo o pensamento social brasileiro, que é a noção de patrimonialismo. O patrimonialismo defende que o Estado no Brasil é um alongamento institucionalizado do homem cordial e é tão vira-lata quanto ele, abrigando elites que roubam o povo e privatizam o bem público. Isso é bem menos que uma meia verdade. Mostrei em detalhe, ao final deste livro, que essa noção, inclusive, é um contrabando malfeito de uma noção weberiana inutilizável no caso brasileiro. Essa ideia é central para a legitimação do liberalismo conservador brasileiro e se tornou, pela própria defesa dos interesses econômicos e políticos conservadores envolvidos, a interpretação dominante dos brasileiros sobre si mesmos, seja na direita do espectro político, seja na esquerda – que, aliás, se deixa colonizar intelectualmente pela direita. A interpretação de Sérgio Buarque, que logra ser a cobertura perfeita para todos os interesses e privilégios, se torna dominante por fazê-lo dando a impressão de crítica radical, daí sua genialidade e perpetuação no tempo. Os discípulos, que são maioria tanto na direita quanto na esquerda, apenas repetem o paradigma. Ela torna invisíveis todos os nossos conflitos reais ao construir a singularidade brasileira a partir do homem cordial, do homem emotivo como negativo e potencialmente corrupto, já que dividiria o mundo entre amigos e inimigos, e não de modo “impessoal” – o que ele imagina, em uma idealização descabida e infantil, existir em algum lugar. O Estado patrimonialista seria a principal herança do homem cordial e o maior problema nacional. Está criada a ideologia do vira-lata brasileiro (SOUZA, 2019, p. 33).

A conjugação de pensar o “brasileiro genericamente”, sem diferenciações classistas, e o prolongamento da ideia do homem cordial em um Estado patrimonialista corrupto, colocam-se como o reflexo invertido do “herói protestante americano”.

O ataque à interpretação do patrimonialismo brasileiro é contundente e perpassa pelo conjunto das obras das últimas décadas escritas por Jessé Souza. Em *A tolice da inteligência brasileira*, de 2015, o capítulo “Um teatro de espelhos do patrimonialismo brasileiro: confiança/ racionalidade x corrupção/afeto” é inteiramente dedicado à dissecação disso que se aponta como um constructo ideológico:

E foi empregado por teóricos latino-americanos, também a partir dos anos 1930, para a construção de uma interpretação “orientalizada” da América Latina. O conceito central dessa versão ainda dominante foi o de “patrimonialismo”, retirado de modo a-histórico e sem rigor analítico da obra weberiana [...]. Ambas as construções são como espelhos que refletem uma à outra. À construção do predomínio do “primitivo”, “pessoal” e “corrupto”, como marcas da sociedade patrimonialista, temos a afirmação da “modernidade”, “impessoalidade” e “confiança” típicas das sociedades centrais (SOUZA, 2015, p. 40-41).

Em *A classe média no espelho*, de 2018, lemos:

Que ideias são essas tão eficazes e insidiosas que iludiram e ainda iludem tanta gente boa? Para compreendê-las precisamos examinar primeiro a “santíssima trindade” do liberalismo viralata brasileiro, hoje hegemônico na direita e na esquerda. As figuras principais aqui são Sérgio Buarque de Holanda, o filósofo da santíssima trindade, posto que foi o criador das noções mais abstratas que estão hoje na cabeça de todo brasileiro, como personalismo, jeitinho, patrimonialismo, cordialidade, etc. É dele que vai sair a ideia de que a corrupção é um traço cultural do brasileiro, o qual seria não só menos produtivo e inteligente que o americano, sempre infantilmente percebido como divino e maravilhoso, mas também desonesto desde o berço (SOUZA, 2018, p. 113).

E, em outra passagem:

se rouba na política e no Estado, ainda que infinitamente menos que no mercado. Até porque o sistema político foi feito para ser comprado pelo mercado. Repete-se, nessa oposição Estado/mercado, o engodo da atividade policial que consiste em prender sempre o soldado do tráfico, que se expõe nas ruas, mas nunca o dono da boca de fumo, que é poderoso e intocável (SOUZA, 2018, p. 121).

O autor critica como é tomado um elemento do pensamento de Weber, delimitado, fluido, histórico, sem caráter transcendente, para sua utilização em forma demiúrgica, como culpa das mazelas do *povo brasileiro*. Não se trata, por certo, de desconhecer fatos ou práticas sociais. A essência da crítica se baliza em duas dimensões. Primeiro, em supor a prática da corrupção estatal algo singularmente brasileiro ou de determinadas sociedades modernas periféricas. A outra questão se configura pelo apagamento muito mais profundo e estendido das práticas nas relações mercantis e privadas, quando a argumentação vai do personalismo, familismo, ao patrimonialismo estatal.

Considerações finais

Fica claro que, a despeito da diferença entre Cardoso e Faoro, ambos tratam de um mesmo fenômeno ao abordar o aparelho do Estado no Brasil. Em primeiro lugar, para os dois autores, esse estamento burocrático representa a sobrevivência de um elemento de dominação tradicional no seio do capitalismo brasileiro. Para eles, esse elemento não só sobrevive como domina o sistema político e econômico da nação.

Ambos apontam a origem do estamento no Estado patrimonialista de origem ibérica, transplantado para o Brasil no período colonial, e concordam com o papel que o estamento desempenhou no desenvolvimento

histórico do Brasil², atrasando o progresso social e econômico. Outro ponto de semelhança é que, para os dois autores, o aparelhamento estatal estabelece a ponte com o mundo externo, de modo que os processos de modernização só são incorporados à sociedade após serem moldados de acordo com a vontade e o interesse do estamento.

Além disso, o conceito de burguesia de Estado, presente em Cardoso, se mostra compatível em certa medida com o pensamento de Faoro. Cardoso cria esse conceito como forma de estabelecer uma relação entre classe e estamento, e aponta sua origem para o início da industrialização no Brasil, por volta das décadas de 1930 e 1940. Faoro, ao abordar o mesmo período histórico, também põe em evidência o domínio direto do Estado sobre a atividade industrial; e, quanto à relação entre classe e estamento, é preciso lembrar que o conceito de classe presente em Faoro não é o mesmo utilizado pela análise marxista (compatível com a interpretação de Cardoso). Portanto, dizer que parte do estamento realiza o papel reservado à burguesia de exploração dos meios de produção é uma afirmação compatível com o pensamento de Faoro.

Um último elemento de concordância entre Faoro e Cardoso, e talvez o mais significativo, é que a existência do estamento no seio do capitalismo moderno do Brasil não representa um elemento anacrônico, mas a especificidade do capitalismo possível nessa nação: o capitalismo politicamente orientado para o primeiro autor, e dependente-associado para o segundo autor. Esse ponto é muito relevante, posto que nele divergem vários intérpretes do Brasil, de vertentes que vão desde a liberal até a marxista, que apontam a sociedade tradicional como um ponto transitório na passagem para o capitalismo.

Como ponto de discordância, o único que incompatibiliza o pensamento dos dois autores, derivado da preocupação de Cardoso em circunscrever sua análise no âmbito do discurso acadêmico que dominava a sociologia em sua época, diz respeito à autonomia do estamento diante das classes. Faoro é enfático ao destacar que o estamento

2 Para mais detalhes sobre esse ponto, ver Cardoso (1993).

burocrático domina a nação mantendo-se acima do conflito entre as classes, representando somente seus interesses. Já Cardoso argumenta que, por meio dos anéis burocráticos, os interesses das classes são garantidos pelo estamento, de modo que esse não é um corpo completamente alheio aos anseios da sociedade.

Por fim, podemos resumir o debate entre autores que reforçam o papel do *peso do Estado* na formação brasileira nos seguintes termos: no pensamento de Cardoso, o estamento burocrático aparece como uma instituição um pouco enfraquecida, comparada com a forma que lhe dá Faoro, mas os dois autores concordam que não seria possível compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil sem levar em consideração central esse agrupamento social.

Estabelecidas as semelhanças, apresentamos o pensamento de Jessé Souza sobre a mesma temática, ainda que de uma forma um tanto telegráfica. O enfrentamento dificilmente poderia ser mais forte. Souza procura devassar o mito do patrimonialismo e destacar a escravidão como verdadeira semente social fundante da sociedade brasileira. A corrupção de um “homem cordial” ou do “jeitinho brasileiro”, exclusivamente desdobrada no estamento burocrático estatal patrimonialista, esconderia muito mais do que explicaria a singularidade e as vicissitudes do funcionamento da sociedade brasileira.

A partir da crítica desse autor, parece-nos que, sob a pretensa consideração de elementos políticos, histórico-culturais (em não raras vezes autoproclamados como formas de resposta a um economicismo excessivo), Faoro, Cardoso e boa parte da intelectualidade brasileira “dentro da ordem” deslizam por reforçar uma visão imprecisa, mas muito funcional para as classes dominantes.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia:** estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência. *In*: PINTO, Aníbal; SERRA, José (org.). **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.
- RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. O patrimonialismo na sociologia de Fernando Henrique Cardoso e o *atraso* brasileiro. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 4, n. 9, p. 179-205, jan./abr. 2010.
- SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo: Estação Brasil, 2018.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, Jessé. **A tolíce da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, out. 2005.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

A ideologia da civilização e a formação das sociedades dependentes e atrasadas: o pensamento de Darcy Ribeiro

Camilla dos Santos Nogueira

Dizia ele que o autor, etnólogo de índios, brasileiro, que não era nem sequer marxista, pretendia nada menos que reescrever a teoria da história, o que equivalia, pensava ele, a inventar o moto-contínuo. O diabo é que eu pretendia mesmo!

Darcy Ribeiro (2000)

O antropólogo e educador Darcy Ribeiro (1922-1997) faz parte de uma geração de intelectuais latino-americanos críticos e combativos, sua produção intelectual oferece uma visão de conjunto do Brasil e da América Latina, desvelando que o “processo civilizatório” é conformado pela dominação de alguns povos sobre outros. Ribeiro inicia

a série Estudos de Antropologia da Civilização em 1969, durante o exílio no Uruguai, quando publica a obra *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. O exílio lhe permitiu, por meio de condições inóspitas, alcançar uma visão de totalidade a partir da realidade dos países subdesenvolvidos e atrasados.

Em trinta anos de produção intelectual, Ribeiro conforma seus estudos sobre o “processo civilizatório” nas obras *As Américas e a civilização: processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (2007); *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (1996); *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes* (1978); *Os brasileiros: teoria do Brasil* (1978); e, por fim, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995).

Ribeiro não parte de conceitos que serviram de explicação da história europeia – como escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – para entender o processo civilizatório e a formação dos “novos povos”, mas os entrelaça ao desvendar a relação dialética entre a expansão europeia e a formação da ideologia civilizatória em outros mundos. O autor se perguntava:

Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas, que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação aos povos indígenas e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem trasladados à América como mão de obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois – sucedendo-os no domínio de extensas áreas –, configuravam o mesmo tipo de formação socio-cultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial? (RIBEIRO, 2000, p. 8-9).

Nesse sentido, partindo da realidade dos países subdesenvolvidos e atrasados, Darcy Ribeiro revisita o materialismo histórico-dialético para pensar realidades que não foram consideradas por Karl Marx e Friedrich Engels. Ele não reconhece, no Brasil, uma disputa entre burguesias progressistas e aristocracias feudais, nem mesmo um proletariado com propensões revolucionárias (RIBEIRO, 1995). No entanto, admite a luta de classes e busca construir uma obra crítica e revolucionária que pudesse explicar o processo histórico dos povos orientais, árabes e latino-americanos, aos quais se dedicou com maior empenho.

A obra de Ribeiro foi influenciada por Frantz Fanon, Léopold Senghor, Aimé Césaire e pelos “estudos subalternos” da Índia. Ademais, o autor foi diretamente influenciado pela reflexão crítica latino-americana de Salazar Bondy, Leopoldo Zea, Enrique Dussel e da chamada Filosofia da Libertação, além de Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Fernando Coronil e, mais uma vez, Walter Mignolo. Ele também foi influenciado pelas ideias dependentistas que o levaram a compreender o desenvolvimento dos países atrasados como resultado de uma relação desigual e combinada com os países avançados, tendo a influência de Arnold Toynbee para explicar que a história dos últimos séculos é demarcada pela expansão da Europa, que alcançou todos os povos do planeta. E, finalmente, Ribeiro foi influenciado pelos fortes traços de pensadores latino-americanos, como Simón Bolívar, José Martí e José Carlos Mariátegui.

Os ideais libertários, de identidade, de autonomia, de integração e de reafirmação nacional ficaram subordinados à dependência, ao subdesenvolvimento e aos sistemas econômicos e políticos dominantes, pertencentes ao sistema capitalista e ao imperialismo. Resgatar esses ideais e refletir sobre a possibilidade de recuperar a riqueza do nosso pensamento social latino-americano constitui um processo de articular a tradição desse pensamento crítico com os novos ideais teóricos que apresentam a compreensão da realidade contemporânea.

Sem esse pensamento, fica difícil vislumbrar a especificidade da América Latina, e, pelo contrário, ela corre o risco de se desfazer dentro das tendências que vão marcando o atual processo denominado de

globalização e pós-modernidade, que fragmentam o pensamento crítico. Desse modo, sem a descolonização do conhecimento e da subjetividade não se reorganizam governos, políticas sociais e econômicas que permitam vida digna a populações marginalizadas e empobrecidas da sociedade.

O processo civilizatório

Em *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*, Darcy Ribeiro (2000) apresenta os doze processos civilizatórios divididos entre sociedades arcaicas, civilizações regionais e civilizações mundiais, além dos subtipos. No primeiro tipo de sociedade, encontram-se as formações sociais como aldeias agrícolas indiferenciadas; no segundo tipo, Ribeiro nomeia as configurações sociais de estados rurais artesanais, as chefias pastoris nômades, os impérios teocráticos de regadio, os impérios mercantis escravistas e os impérios despóticos salvacionistas. Finalmente, as civilizações mundiais são os impérios mercantis salvacionistas e o colonialismo escravista, o capitalismo mercantil e os colonialismos modernos, o imperialismo industrial e o neocolonialismo, a expansão socialista. Por fim, projetou a civilização da humanidade (RIBEIRO, 2007).

Nessa obra, Darcy Ribeiro apresenta os últimos dez milênios da história dos homens e formula um esquema da evolução sociocultural, que lhe permitiu mostrar que a evolução humana é repleta de rupturas. O autor nega, portanto, a lógica linear dos movimentos e afirma que o processo de transformação social é demarcado pelo conflito entre os polos dominante e dominado, no que se refere às tecnologias, ao social e à ideologia. Ribeiro (2001, p. 29) afirma que:

Concebemos a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, devido às revoluções tecnológicas sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou

de uma a outra formação sociocultural. Empregamos esta última expressão para designar as etapas evolutivas enquanto padrões gerais de enquadramento sociocultural dentro dos quais se desenvolve a vida dos povos. Ou seja, em outras palavras, como modelos conceituais de vida social, fundados na combinação de uma tecnologia produtiva de certo grau de desenvolvimento, com um modo genérico de ordenação das relações humanas e com um horizonte ideológico, dentro do qual se processa o esforço de interpretação das próprias experiências com um nível maior ou menor de lucidez e de racionalidade.

Civilização é um conceito que se origina na antropologia e na história e que, a partir de uma perspectiva evolucionista, é a fase mais avançada de determinada sociedade, que se concretiza na construção de cidades. Essa perspectiva apenas contrapõe as sociedades complexas às primitivas, enquanto, para o autor, a evolução sociocultural consiste no movimento histórico de mudança desencadeado pelo impacto de sucessivas transformações tecnológicas, que permitem que as sociedades transitem de uma etapa a outra. Sobre esse aspecto, Ribeiro (2001, p. 18) esclarece:

Esperamos que essa tentativa de sistematização e de renovação conceitual contribua para determinar as etapas básicas de desenvolvimento tecnológico distinguíveis no *continuum* da evolução humana; para discernir os modos de vida correspondentes a esses avanços evolutivos, em termos de formações econômico-sociais ou socioculturais para identificar as forças dinâmicas responsáveis pela sucessão de etapas e de formações; e finalmente, para definir as condições em que esta sucessão se acelera ou se retarda, ou entra em regressão e estagnação.

Progressos e regressões, para ele, determinam a configuração histórica de determinada sociedade. Os avanços e retrocessos, no

que se refere a aspectos produtivos, sociais e culturais, não se direcionam a um fim específico ou a um objetivo final único, como os evolucionistas supõem. De forma geral, a civilização indica a cultura de determinado povo e suas características sociais, científicas, políticas, econômicas e artísticas próprias e distintas.

Desse modo, a partir da base metodológica marxista, Darcy Ribeiro busca desvendar a lógica da transformação humana e supõe que entre o primitivismo e a civilização não há uma sequência evolutiva linear, mas rupturas, daí um campo de possibilidades materializado nas configurações históricas. Logo, as transformações das sociedades resultam das novas feições tecnológica, social e ideológica, que são fundamentalmente determinadas pela luta entre dominador e dominado, através da luta de classes.

Ribeiro (2001) apresenta um arcabouço conceitual a partir do qual a história das sociedades humanas pode ser explicada por meio de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios. Portanto, o processo civilizatório aborda conjuntamente a diversificação e a homogeneização da evolução das sociedades como resultado das transformações tecnológicas originais e da adoção do desenvolvimento.

As Américas e a civilização

Na obra *As Américas e a civilização: processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*, Darcy Ribeiro (2007) integra uma análise antropológica, econômica, histórica e política, formulando um estudo que contribuiria “para uma tomada de consciência ativa das causas do subdesenvolvimento” (RIBEIRO, 2007, p. 14). Nessa narrativa, Ribeiro desvela o “desenvolvimento desigual dos povos americanos”, subtítulo da obra, como resultado de um processo do sistema econômico, que, em sua lógica global, estabelece uma relação de dependência e subordinação de alguns países em relação a outros.

Ribeiro inicia a obra com o estudo da expansão dos países europeus às outras partes do mundo, como marca da dominação

imperialista. A Europa, representada pela Espanha e por Portugal, era constituída por sociedades rigidamente estamentadas de base agrário-artesanal, sendo a Igreja a principal proprietária de terras. A chegada desses povos europeus às Américas e o primeiro encontro com as etnias indígenas fizeram nascer uma nova autenticidade que, para o europeu, se tratava de uma subumanidade destinada ao papel subalterno na ordem mundial.

Classificando um conjunto de povos extraeuropeus, Darcy Ribeiro (1984) apresenta uma tipificação de grupos de acordo com as suas formações histórica e cultural, que são os povos transplantados, os povos emergentes, os povos testemunhos e os povos novos. Os povos transplantados são imigrantes que, uma vez instalados, mantiveram os costumes dos países de origem, como é o caso dos imigrantes que construíram algumas colônias no sul do Brasil e dos que se fixaram na Argentina e no Uruguai. Os povos emergentes resistem à dominação e à opressão e buscam recuperar suas identidades originais. Já os povos testemunhos são astecas, maias, incas e diversas etnias indígenas que estavam no continente desde o período pré-colombiano, presente em grande medida no México, no Peru e na Bolívia, os quais conduzem dentro de si duas tradições contrapostas, sem, no entanto, fundi-las: a primeira vem da herança cultural europeia, caracterizada pela introdução de técnicas e de ideologias que remodelaram modos de vida e concepções de mundo; a segunda é o legado cultural ancestral, que, apesar de drasticamente reduzido e alterado, preservou línguas, costumes, formas de organização social e crenças profundamente enraizadas.

Sobre o nascimento dos povos novos, Ribeiro os define como uma configuração histórico-cultural com diferenças linguísticas. Apresentam-se com perfis culturais diversos (lusu-americano, hispano-americano, franco-americano, anglo-americano e batavo-americano), com matrizes religiosas diferentes, mas tendo em comum a colonização escravista, reúnem as diferenças e formam-se pela influência cultural e pela miscigenação de várias etnias, que a título

de exemplo incluem Brasil, Cuba, Colômbia e Venezuela. Para o autor, os povos novos resultam dos processos de “desindianização” do índio, de “desafricanização” do negro e de “deseuropeização” do europeu (RIBEIRO, 1995).

A respeito da herança africana, Darcy Ribeiro aponta ser mais relevante atentar para a proporção dos seus contingentes integrados às populações das Américas do que para a análise dos diversos grupos negros e suas variações culturais, pois a escravidão aniquilou as especificidades culturais dos inúmeros povos africanos, amalgamando às etnias nacionais recém-nascidas. O sincretismo religioso é um exemplo de forma de resistência, mas que reflete a relação entre a dominação religiosa branca e as tradições religiosas africanas.

A matriz indígena, por sua vez, em razão de serem nativos, teve mais chances de expressão. A primeira delas se refere às “aldeias agrícolas indiferenciadas” dos Tupi-Guarani, da costa atlântica da América do Sul; dos Aruak, da Floresta Amazônica; e dos Karib, do Caribe. Como “Estados rurais artesanais”, eram conhecidos os Araucanos, do Chile moderno; os Chibcha, da Venezuela, da Colômbia e da América Central; os Timote e as confederações Fincenu, Pancenu e Cenufaná, devendo-se acrescentar os Jicague (Nicarágua), os Cuna (Panamá) e alguns outros (RIBEIRO, 2007).

Diante da conformação histórico-cultural dos povos extraeuropeus, para Ribeiro, a superação do atraso e do subdesenvolvimento deve partir dos conceitos de “modernização reflexa” em oposição à “aceleração evolutiva”. A “modernização reflexa” (atualização histórica) corresponde à experiência de uma sociedade e de uma economia reflexa, isto é, que não produz tecnologia própria e cuja existência tende a ser norteadas para satisfazer as determinações políticas e econômicas dos países avançados. Fornecedora de matéria-prima, de recursos energéticos ou submetida a uma “industrialização recolonizadora”, o modo de ser da sociedade reflexa, (neo)colonizada, é remeter lucros e riquezas ao centro do capitalismo, uma extensão

subordinada. Enquanto a “aceleração evolutiva” acarreta a possibilidade do desenvolvimento autônomo.

Portanto, por um lado, a “atualização histórica” indica a subordinação, enquanto a “aceleração evolutiva” expressa uma transformação possível. Um ou outro rumo tem o poder de produzir distintos desdobramentos históricos dos processos civilizatórios. Para Ribeiro, o processo histórico das regiões atrasadas está centrado na contradição entre o crescimento das forças produtivas e a dominação progressiva das elites sobre o proletariado, pois a relação dependente dos povos atrasados em relação às regiões tecnologicamente avançadas e desenvolvidas resulta em perda de autonomia, gestando a ambiência favorável à superexploração da força de trabalho e ao monopólio do mercado consumidor interno.

Na concepção de Darcy Ribeiro, a vida dos povos latino-americanos não é ordenada para si, mas sujeita à condição de “proletariado externo” do imperialismo. Uma ampla marginalização social e econômica reside na experiência das sociedades dependentes e subalternas. Ao apresentar a ideia de proletariado externo, Ribeiro elege o desenvolvimento tecnológico como critério básico da construção de nosso esquema de evolução sociocultural, para formular uma interpretação crítica da história da tecnologia, entendendo o subdesenvolvimento como produto de um processo de “incorporação histórica”.

A inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, pois, nos marcos da divisão internacional do trabalho, uma das funções atribuídas aos países latino-americanos foi a de prover alimentos (produtos primários) à classe operária dos países industriais. Desse modo, nas regiões subdesenvolvidas, através da ideologia de processos civilizatórios e da expansão imperialista pelo mundo, houve continuamente a deculturação dos povos subordinados, a partir da destruição física, do desenraizamento de suas matrizes étnicas e da perda de sua autonomia econômica e política.

O povo brasileiro

Na obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro (1995) desvenda a pluralidade dos “modos de ser” dos sertanejos nordestinos, dos caboclos da Amazônia, dos crioulos do litoral, dos caipiras do sudeste e do centro do país, dos gaúchos das campanhas sulinas, dos ítalo-brasileiros, dos teuto-brasileiros. Essa análise oferece uma interpretação que permite aos brasileiros enfrentarem suas mazelas, erguerem a autoestima e se reinventarem como nação, “povo original”, de mamelucos, caboclos e mulatos.

Ribeiro reconhece o povo brasileiro como um “novo gênero humano”, mas o faz sem uma postura condescendente ou nostálgica do arcaico, pois, conforme ele, a formação do povo brasileiro não ocorre de uma maneira natural e nem mesmo estática. O autor desenha um povo que nasce da violência e entende o Brasil como um país de mestiços, que, na mistura entre índios, africanos, mamelucos, caboclos, mulatos e europeus, formaram a identidade do brasileiro, em uma cultura sincrética e singular.

Desse modo, segundo Ribeiro, surge uma nova identidade nacional, a partir da usurpação da identidade original “no processo de formação e transformação das etnias, do isolamento à integração, com todas as suas consequências de mutação cultural e social e de redefinição do *ethos* tribal” (RIBEIRO, 1995, p. 28), nasce o *povo brasileiro*, e esclarece:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguedade de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 131).

Para Ribeiro, há na formação dos *brasilíndios* uma identidade contraditória, dividida entre o oprimido e o opressor, entre aqueles que

negam suas origens. O *mameluco* rejeita a mãe índia e se opõe aos irmãos de sangue das Américas, ao passo que é desconhecido por seu pai branco.

Ribeiro se interroga como pretos e índios submetidos a tal processo de deculturação puderam permanecer humanos, uma vez que a racionalidade do escravismo é oposta à condição humana? Ele mesmo responde que a submissão pode ser explicada apenas pela força da opressão que exigiu a mais fervorosa vigilância e o uso constante dos castigos preventivos capazes de levar o ser humano a se esquecer de si. Além disso, o autor exalta a fuga como a mais forte motivação do cativo para se manter vivo e destaca o principal dos conflitos na história brasileira: o racial, que não oculta, ao contrário, os elementos classistas.

O povo brasileiro que Darcy Ribeiro desvenda nasce de uma relação estabelecida a partir da lógica capitalista da acumulação imposta pela divisão internacional do trabalho. O Brasil é um país cuja produção está atrelada ao mercado internacional, que retira a autonomia e reforça a dependência, impedindo, assim, uma verdadeira revolução industrial e tecnológica, e onde não há uma classe dominante interessada em construir um projeto nacional que encaminhe o país para o sentido contrário. Com uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante (RIBEIRO, 1995), nasce a identidade étnico-social brasileira, um povo que permanece em busca de sua identidade.

Darcy Ribeiro, ao longo de sua trajetória política, sempre esteve envolvido com lutas em defesa de uma educação pública e universal. Sua luta por uma lei mais democrática para a educação provocou uma crise com as escolas confessionais. O debate estava em torno do caráter da educação popular necessária e como destinar ao ensino popular os escassos recursos públicos disponíveis para a educação. Ribeiro (1997, p. 226) afirma que:

Não nos opusemos jamais à liberdade de ensino no sentido do direito, de quem quer que seja, a criar qualquer tipo de escola a suas expensas, para dar educação do colorido ideológico que deseja. Nos

opúnhamos, isso sim, em nome dessa liberdade, a que o privatismo se apropriasse, como se apropriou, dos recursos públicos para subsidiar escolas confessionais ou meramente lucrativas.

Entendendo o processo espoliativo dos países avançados sobre a periferia do capitalismo, Darcy Ribeiro toma a educação pública como forma de resistir a essa condição de subordinação e dependência. A emancipação nacional demanda domínio técnico-científico e gente capaz de produzi-lo.

Na formação e na realidade do povo brasileiro está a marcada existência de uma estratificação social peculiar, na qual a *lumpem-burguesia* colabora em grande medida para superexplorar a força de trabalho, pois, sem projeto próprio de sociedade, a nação segue subordinada aos imperativos do capital internacional. Na parte de baixo da pirâmide, está uma minoria de trabalhadores portadores de alguns direitos e submetidos a baixos salários, pouco propensa a uma prática política que transcenda os limites corporativos do sindicalismo, marginalizada e fadada a sua ningüedade.

Não é casual que Ribeiro (1995) encerre *O povo brasileiro* com uma louvação a uma “nova romanidade” aspirante à superação dialética de sua ningüedade. Ele aponta que o destino dos brasileiros é a unificação com todos os latino-americanos, pela oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América anglo-saxônica. A execução desse plano permitiria, tal como ocorre na comunidade europeia, a fundação da Nação Latino-Americana, sonhada por Bolívar:

Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante. Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical [...]. Mais alegre porque mais sofrida. Melhor porque incorpora em si mais humanidades (RIBEIRO, 1995, p. 454-455).

Na obra de que trata esta seção, Darcy Ribeiro insiste na urgência da releitura do nacional-popular, que está para além de suas determinações a partir do Estado, mas que representa uma forma de emancipação capaz de dar consciência e transformação às condições dos países do sul.

Reflexões finais

Darcy Ribeiro demonstra em suas obras que as configurações históricas e culturais determinam, parcialmente, os diferentes processos civilizatórios de cada sociedade, que permitem a alguns povos alcançarem níveis maiores de desenvolvimento. No entanto, Ribeiro oferece uma interpretação que aponta outros determinantes para o atraso e subdesenvolvimento de cada povo, aspectos estruturais que fundamentam as desigualdades entre as nações, entendendo que não é aceitável o subdesenvolvimento como condição necessária para o processo evolutivo que tem o desenvolvimento como fim.

Ribeiro salienta que a história da América Latina não é uma história separada, sem relação com a dos países desenvolvidos. Desse modo, deve ser considerada a partir de um elemento integrador e inseparável do sentido de totalidade. Para o autor, existe, antes de tudo, uma relação de subordinação inerente à forma como o capital e os interesses de seus proprietários se internacionalizam, sendo, portanto, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos como forma de garantir o poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1984) aporta interrogantes a respeito da capacidade de transformação das civilizações emergentes, vista no crescimento dos movimentos indígenas na América Latina, precisamente os sobreviventes das civilizações inca, maia e asteca, depois de séculos da mais terrível opressão, que começavam a reclamar com mais visibilidade e influência seus direitos à igualdade,

autorrepresentação e, em alguns casos, autonomia política. Portanto, Ribeiro representa uma excelente fonte de reflexão não somente sobre o passado como também sobre o presente, tendo em vista os dilemas futuros da nação e de *Nuestra América*¹.

Referências

- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria *et al.* Aspectos do pensamento social crítico latino-americano: intelectuais e produção do conhecimento. *In*: MARTINS, Paulo Henrique; MEDEIROS, Rogério de Souza (org.). **América Latina e Brasil em perspectiva**. Recife: UFPE, 2009. v. 1.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. Narrativa e reconciliação em “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro. **Naveg@mérica**: Revista Electrónica de la Asociación Española de Americanistas, [s. l.], n. 5, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301675324_NARRATIVA_E_RECONCILIA-CAO_EM_O_POVO_BRASILEIRO_DE_DARCY_RIBEIRO. Acesso em: 8 nov. 2023.
- RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. La civilización emergente. **Nueva sociedad**, [s. l.], n. 73, p. 26-37, jul.-ago. 1984. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/1187_1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

1 É uma alusão ao livro de 1974 de José Martí.

- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução socio-cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Darcy Ribeiro**: a razão iracunda. Florianópolis: UFSC, 2015.



Os efeitos da legislação internacional sobre a propriedade intelectual nas relações centro-periferia à luz do pensamento de Celso Furtado

Pollyanna Paganoto Moura

Camilla dos Santos Nogueira

Aline Faé Stocco

Como desconhecer que os povos do planeta, praticamente sem exceção, estão hoje em dia empenhados em dominar ou preservar o domínio desse fabuloso acervo de técnicas que emergiram no quadro da civilização industrial? E como não perceber que um grupo de países ocupa posição de vanguarda no processo de acumulação, vetor principal do avanço dessas técnicas?

Celso Furtado (1978)

Os direitos de propriedade intelectual se configuram hoje numa das temáticas mais relevantes na discussão sobre desenvolvimento econômico. Além de sua importância econômica representada pelo crescente fluxo financeiro que resulta das transações globais¹, a propriedade intelectual se revela num dos mecanismos institucionais mais imponentes sobre o domínio de tecnologia. Disso desponta uma grande contradição: as novas diretrizes implementadas em âmbito internacional para sua comercialização² correspondem atualmente às maiores barreiras para a livre difusão do conhecimento, assegurada pela principal instituição promotora do livre comércio no cenário mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, ressurge uma antiga questão: até onde o subdesenvolvimento é resultado de uma condição interna de cada economia nacional, e não uma situação criada pelo comércio internacional? Nesse sentido, cabe retomarmos o papel do domínio da tecnologia no debate entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, tendo o economista brasileiro Celso Furtado como um dos maiores colaboradores.

A discussão sobre o domínio da tecnologia é central na obra de Celso Furtado. Ele construiu um vasto estudo relacionando os processos de geração, difusão e assimilação do progresso técnico com as origens históricas do subdesenvolvimento. Para Furtado, a tecnologia como expressão da criatividade de um povo está, no capitalismo, subordinada a uma lógica instrumental. Nas economias subdesenvolvidas, esse poder criativo é reprimido pela cultura de outro povo. Com isso, o autor pontua que a subordinação aos valores culturais dos países que dominam o processo de geração de tecnologia leva as nações dependentes a reproduzirem severamente sua lógica subdesenvolvida.

1 Segundo McClure (2011), os pagamentos de direitos de propriedade intelectual em tecnologia aos países do G8, entre 1980 e 2010, cresceram em média 10,7 % ao ano, proporção maior que o crescimento do PIB mundial no mesmo período.

2 Referimo-nos ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual ao Comércio (Trips), do qual falaremos mais adiante.

Ao longo de sua vida, Furtado buscou respostas para a razão de ser do subdesenvolvimento, e ele se incomoda, sobretudo, com o fato de que as teorias econômicas importadas do centro não explicam a realidade socioeconômica da América Latina. Segundo ele, “a teoria dos preços, corpo central da ciência econômica, fora estruturada no marco da concepção do equilíbrio geral, excluída toda atitude mental voltada para os problemas da dinâmica social” (FURTADO, 1986, p. 11). Entendendo ser essa uma necessidade da análise econômica nos países ditos subdesenvolvidos, Furtado se concentra em compreender os elementos determinantes que levam certas nações ao estado de desenvolvimento e outras ao de subdesenvolvimento; para tanto, ele buscou ampliar o escopo de sua análise para além daquele típico do economista, atravessando outras ciências sociais.

Ao longo de sua obra, parece que o autor busca uma solução para o problema do subdesenvolvimento, como se estivesse “numa luta incansável pela emancipação nacional” (TAVARES, 2000, p. 9). Mas, à medida que avança, ele percebe que o desenvolvimento não é outra coisa senão uma miragem que leva a perpetuação da dinâmica dependente, traço marcante do subdesenvolvimento. A seu modo de ver, a dominação mundial tem origem no controle das inovações tecnológicas e, justamente por esse domínio ultrapassar barreiras meramente econômicas, a solução se concentra na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo daquele disseminado pelos grandes centros hegemônicos.

Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do capitalismo (FURTADO, 1974, p. 89).

Reforçando sua argumentação, pontuaremos como a temática da propriedade intelectual se tornou um violento mecanismo de reforço da dinâmica dependente. Embora Furtado não tenha se detido na análise sobre como o reconhecimento internacional do direito de propriedade pode amplificar essas barreiras para o progresso técnico nas nações periféricas – reforçando ainda mais essa dinâmica dependente –, acreditamos que a teoria elaborada por ele pode nos auxiliar a lançar luz sobre essa problemática.

Para analisar o fenômeno da propriedade intelectual à luz do desenvolvimento teórico de Celso Furtado, resgataremos em seu pensamento as conexões entre subdesenvolvimento, dependência e domínio tecnológico; esse processo permitirá uma apreensão adequada do contexto atual. Partindo de sua análise sobre o subdesenvolvimento, pretende-se guiar a discussão a respeito do papel central da tecnologia como mecanismo de dominação econômica na esfera capitalista mundial, desde a relação colônia-metrópole até hoje.

Além dessa breve introdução, este capítulo conta com mais quatro seções. Na segunda, apresentaremos a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, demonstrando a relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, centrando-nos sempre no lugar que a tecnologia ocupa. Na terceira seção, responderemos o motivo pelo qual a dependência tecnológica não pode ser facilmente superada, dirigindo nossa análise para as formas de dominação tecnológica que Furtado desenvolve. Na quarta seção, discutiremos o papel da propriedade intelectual e a força que ela assume no contexto atual como mecanismo de dominação. Na última, apresentaremos as considerações finais sobre nossa proposta de estudo.

A dependência tecnológica do subdesenvolvimento

A questão do desenvolvimento é tema central na obra teórica de Celso Furtado. Primeiro, aparece como resultado da preocupação do autor

em justificar uma necessidade de conquista pelos países periféricos de um padrão de desenvolvimento observado no centro capitalista; depois, surge como reflexo de sua descrença quanto a essa possibilidade. O desenvolvimento aparece em seus escritos como espécie de ideal que precisa ser desmistificado³.

O próprio conceito de desenvolvimento é algo que varia de forma significativa ao longo de sua obra: ora aparece como um processo de ampliação da satisfação das necessidades humanas “através de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 29), ora como superação da ideia de crescimento, entendida como uma modificação estrutural que não se relaciona com o nível tecnológico, mas “traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social” (FURTADO, 1986, p. 78). Noutro momento, ainda, é identificado como “um processo de recriação das relações sociais que se apoia na acumulação” (FURTADO, 1978, p. 48).

Embora sua concepção sobre desenvolvimento varie dessa forma, há um elemento que se conserva determinante por detrás de sua leitura sobre a lógica de funcionamento da sociedade capitalista, que é a questão sobre o domínio da tecnologia. Ainda que essa não seja uma exclusividade teórica de Furtado, visto que desde os autores clássicos, como David Ricardo e Marx, até os mais recentes, como Schumpeter e os neo-schumpeterianos, a temática do desenvolvimento tecnológico ocupe um papel central, em Furtado a tecnologia relaciona a lógica do desenvolvimento com o subdesenvolvimento numa espécie de elo explicativo que ainda não havia sido usado nas análises econômicas convencionais⁴.

3 Veja *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), obra que discorre de forma conclusiva sobre essa temática.

4 Tal concepção parte do texto seminal de Raúl Prebisch (1949 *apud* GURRIERI, 1982), elaborado no âmbito dos estudos e debates na Cepal, à qual Furtado esteve filiado por nove anos, um órgão da ONU fundado em 1948.

Em sua abordagem, Furtado parte do conceito centro-periferia, desenvolvido no domínio da Cepal, para distinguir o posicionamento geoeconômico dos países no sistema econômico mundial. A condição de periferia se relaciona com a dependência para caracterizar um conceito mais abrangente: o subdesenvolvimento. Esses elementos são condicionados pela geração, difusão e assimilação do progresso técnico, fator determinante na competição econômica do sistema capitalista. Num lado há o centro, produtor de bens industrializados e com grande dinamismo da demanda, noutro, uma periferia fornecedora de alimentos e matérias-primas.

Seguindo a lógica da argumentação de Furtado, o advento da industrialização europeia no século XVIII, sobretudo na Inglaterra, engendrou o desenvolvimento econômico subsequente de todas as nações. O domínio da tecnologia, expresso na mecanização da indústria, propiciou que o avanço das técnicas causasse o processo de acumulação nas economias europeias, alastrando-se para o conjunto de setores e desorganizando as formas artesanais de produção.

Com isso, a liberação de mão de obra foi maior que sua absorção, causando concentração de renda em favor da classe capitalista. Posteriormente, com a eliminação desse excedente estrutural de mão de obra, devido à desarticulação do trabalho artesanal, reduziu-se o poder de barganha da classe trabalhadora em virtude da inelasticidade de sua oferta. Coube, segundo Furtado (1986, p. 141):

[...] ao progresso técnico dar flexibilidade ao sistema econômico, assegurando que os fatores se combinem, em proporções compatíveis com a oferta de bens de capital, a qual refletia o padrão de distribuição da renda que se cristalizara no período anterior. Desta forma, o desenvolvimento da técnica passa a ser cada vez mais condicionado pela disponibilidade relativa de fatores nos centros industriais.

Havendo uma complementaridade entre a produção no setor de bens de capital e no de bens de consumo, ao mesmo tempo que se

fortalecia a organização da classe trabalhadora, houve crescimento industrial com distribuição de renda. Ademais, devido à revolução nos transportes marítimos, intensificou-se o comércio internacional, o que propiciou a importação de bens de consumo primários e de insumos necessários para o processo de desenvolvimento industrial, enquanto concentrava-se na exportação técnica e de capital. Isso permitiu que esse grupo de países em que o processo de desenvolvimento da indústria capitalista ocorreu primeiro se estabelecesse na fronteira tecnológica, conquistando uma posição central no esquema de divisão internacional do trabalho que então se formava.

Como consequência dessa expansão do desenvolvimento industrial europeu, formaram-se as chamadas economias subdesenvolvidas, que se caracterizam pelo modo como assimilaram o progresso técnico na economia capitalista mundial após a Revolução Industrial. Ao se consolidar o sistema de divisão internacional do trabalho, apoiado pela exploração de vantagens comparativas e pelo liberalismo econômico, esse conjunto de novos países se especializou na produção de matérias-primas e alimentos com vistas a abastecer os países industrializados, grandes produtores e exportadores de tecnologia.

Furtado destaca que o contato dos países periféricos com os grandes centros capitalistas avançados muitas vezes não se fazia de maneira uniforme. Em alguns casos, estabeleceu-se apenas uma linha de comércio, em outros, uma produção de matérias-primas visando atender especialmente à demanda proveniente do centro. Isso levou quase sempre à formação de estruturas dualistas, isto é, uma parte da economia se estabelecia objetivando a maximização dos lucros e modernização do consumo, enquanto outra parte permanecia dentro das formas pré-capitalistas de produção. Essa estrutura dualista, segundo o autor, está no germe do que se entende por subdesenvolvimento.

É a partir dessa compreensão que Furtado dá um grande salto na análise do desenvolvimento para as situações das economias periféricas. Ele constata que “o subdesenvolvimento é um processo

histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1986, p. 142). O que sua abordagem torna claro é que o subdesenvolvimento é uma lógica que se reproduz, isto é, não há nele um mecanismo natural que levaria a seu fim, como sugerem as teorias econômicas até então disseminadas.

Essas teorias, pautadas nas vantagens comparativas de David Ricardo, afirmam que a especialização na atividade econômica que gera vantagens produtivas em comparação aos outros setores de um mesmo país seria sempre vantajosa, uma vez que cada nação seria mais eficiente se guiasse sua produção naquilo que fosse melhor por vocação. Como resultado, toda a economia mundial se beneficiaria gerando ganhos e disseminando progresso para todo o sistema.

Furtado foi um grande contestador dessa perspectiva, pois observou que a especialização produtiva, que orientou toda a periferia, criou uma rigidez estrutural na esfera produtiva que contrastava enormemente com a diversificação da demanda, fruto da elevação da renda *per capita* da pequena parte da população envolvida com o setor exportador. A dinâmica se pautava de um lado por um setor com baixa produtividade e dinamismo, que atendia quase que somente à subsistência dos trabalhadores e, de outro, por um setor capitalista que gerava e concentrava a maior parte da renda da economia. Discorre Furtado (1986, p. 143):

[...] A expansão da influência econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré-capitalista. Na verdade, sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas. Caberia falar, neste caso, de capitalismo bastardo, no qual inexistem as características marcantes do tipo puro. Quando as empresas capitalistas permitiam a absorção de grande número de assalariados – como foi o caso das plantações

de chá, no Ceilão e borracha na Birmânia – o efeito sobre a economia local assumia maior importância [...]. Contudo, apesar dessa melhora de condições de vida, não se registrava uma modificação estrutural no sistema econômico, isto é, não se dava o passo fundamental exigido para a criação de sistema econômico autônomo.

Nessa estrutura, com elevados custos fixos e baixos custos variáveis, havia uma grande imobilidade do capital, o que dificultava a redução da quantidade produzida em momentos de baixa demanda externa. Guiada pela necessidade de obter divisas para garantir a diversificação de seu consumo de elite, o setor exportador se via obrigado a ampliar cada vez mais sua produção mesmo com baixa elasticidade-renda de sua demanda e queda no preço das *commodities* agrícolas.

Nessa fase, as economias subdesenvolvidas se caracterizaram por grande concentração de renda, dificuldades no balanço de pagamentos e baixa assimilação tecnológica. Esta última característica se dava, sobretudo, sob a forma de novos produtos de consumo final, em vez de processos produtivos mais eficazes que eram, nesse momento, baseados em formas tradicionais de produção, intensivas em mão de obra. Esse é um aspecto extremamente relevante da dependência dos países periféricos: como a demanda por bens de consumo industrializados não pode ser suprida internamente, é imperativa a importação desses produtos, levando a uma assimilação tecnológica por meio da difusão de bens de consumo final, e não por meio do processo de produção, traço marcante de sua dependência tecnológica.

Com a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, ocorreu um processo intenso de industrialização nos países periféricos, em especial na América Latina, como resposta aos choques externos que limitaram enormemente sua capacidade de exportação – assim como a possibilidade de adquirir empréstimos estrangeiros –, ocasionando também a redução de suas importações. Teve início o processo de substituição de importações, caracterizado pelo aumento da produção interna de

similares manufaturados que anteriormente eram supridos via importação. Isso implicou não só uma modificação na estrutura produtiva desses países, deslocando parte da produção primário-exportadora para uma produção industrial, como também uma assimilação dos processos de produção realizados no centro econômico mundial.

Assim, a difusão de tecnologia se completou, por meio tanto dos produtos importados quanto da industrialização – isto é, da implantação de processos produtivos mais eficientes. No entanto, tal assimilação tecnológica significava o aprofundamento das relações de dependência para a periferia, porque, ao realizar um processo de industrialização com o objetivo de reprodução dos artigos importados de fora, impossibilitou-se a geração de uma tecnologia autônoma que respondesse ao perfil de sua estrutura produtiva.

Desse modo, procurando atender à demanda interna e competir com as firmas estrangeiras, mimetizando os artigos importados dos grandes centros capitalistas, as economias periféricas transpuseram a estrutura produtiva estrangeira para sua realidade, o que certamente gerou uma desordem alocativa. Ao passo que nas grandes economias a estrutura produtiva se baseava em maior intensidade no fator capital e em economias de escala (visando atender a uma larga demanda interna), as economias periféricas contavam com uma grande massa de mão de obra sobrando e fraca demanda interna para produtos manufaturados.

Isso levava a uma baixa eficiência alocativa na produção, uma vez que os benefícios tecnológicos em uso no centro não poderiam ser completamente internalizados na estrutura econômica da periferia. O excedente gerado continuava a se concentrar nas mãos de poucos, tendo em vista que apenas uma pequena parte dos trabalhadores era ocupada, o que por sua vez não possibilitava um padrão de competitividade almejado pelas indústrias instaladas.

O subdesenvolvimento é, desse modo, instalado em sua plenitude. Seu traço essencial repousa, portanto, em sua incapacidade de gerar e difundir um processo autônomo de desenvolvimento

tecnológico de modo que se irradie para o conjunto da economia, permitindo romper com a lógica dependente. Ao contrário, sua industrialização é na verdade fruto de diversificação da demanda, distinguindo-se do centro, onde as inovações conduzem esse papel. Fica, por isso, sempre aberta a possibilidade de se reverter o processo de substituição de importações, trocando a produção local pelas importações. Furtado (1986, p. 43) reforça:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. [...] O caso mais complexo é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficiente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se. O núcleo industrial ligado ao mercado interno se expande através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer, em condições de permanente concorrência com produtores forâneos [...]. Assim sendo, os processos produtivos que se afiguram mais vantajosos são aqueles que permitem reproduzir com exatidão os artigos importados, e não os que permitem uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência [...]. Dessa forma as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e per capita sem reduzir o grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural interna, que são suas características essenciais.

Nota-se que a descontinuidade tecnológica, fruto de um processo de industrialização comandado pela demanda, sufoca a capacidade de, na periferia, se conquistar uma posição industrial competitiva. As diferenças entre as situações de desenvolvimento e subdesenvolvimento são claras. Veremos a seguir como essas duas dinâmicas se

reforçam e como o domínio tecnológico está no centro dessa relação. Para tanto, apresentaremos as formas de dominação tecnológica asseguradas pelo centro que garantem o atraso e a dependência da periferia, contribuindo para ampliar a acumulação e a apropriação do excedente em prol de um determinado grupo de países.

Cultura e dominação na sociedade dependente

A inserção das economias periféricas, em especial a América Latina, na lógica do capitalismo industrial sempre foi marcada por submissão e expropriação de seu excedente em direção aos grandes centros industriais. Desde a relação colônia-metrópole, passando pelos momentos em que se constituíram como Estados nacionais autônomos, e depois como economias totalmente integradas à lógica financeira mundial, a dinâmica desses países tem sido determinada por uma adaptação aos padrões estruturais necessários para fomentar o processo de acumulação dos países do centro.

Portanto, ao analisar a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, Furtado indica que elas não podem ser pensadas de forma autônoma, separadas do sistema capitalista mundial. O autor sugere que a relação centro-periferia se constitua numa dinâmica que se retroalimenta e que o subdesenvolvimento, longe de uma etapa em direção ao desenvolvimento, não é outra coisa senão resultado da expansão das economias capitalistas, que encontraram viveiros ricos de mão de obra e recursos naturais nessas nações.

Segundo a ótica de Furtado, a constituição do modelo agrário-exportador por parte das economias pré-capitalistas, ao contrário do que se defendia, foi resultado de um sistema de poder que se impunha: o poder que alguns países obtinham de extrair o excedente de outros e conduzir plenamente a formação de sociedades industriais, centro do capitalismo mundial. A própria industrialização na periferia, através da substituição de importações, foi marcada por ampla dependência tecnológica, com a assimilação de produtos e processos

advindos do exterior. Ou seja, essa prática rompe com o modelo agrário-exportador, mas não consegue superar a dependência, que é severamente conduzida pela ausência de domínio tecnológico.

Dentro desse contexto, cabe agora perguntarmo-nos: por qual motivo os países subdesenvolvidos não optam por dominar um padrão de desenvolvimento tecnológico e reverter de vez a lógica de dependência? Para responder, é preciso primeiro compreender o que Furtado entende por tecnologia e como ela se insere na lógica da acumulação capitalista. Para ele, a acumulação é apenas o vetor do desenvolvimento das forças produtivas, através do progresso técnico, e não um fim em si mesmo⁵. Isto é, a transformação estrutural das sociedades só pode ser alcançada com desenvolvimento tecnológico, ou melhor, com o avanço das técnicas de produção, que, por sua vez, depende da existência de um processo de acumulação. Mas em que se constitui essa *tecnologia*? Para o autor, é fruto da capacidade criativa e inventiva do ser humano. No entanto, nas sociedades capitalistas industriais, a criação humana está subordinada ao avanço das técnicas instrumentais para alimentar o processo de acumulação⁶.

Assim, as próprias técnicas e a direção que se trilha em prol da acumulação refletem, por um lado, a capacidade criativa da sociedade e, por outro, a estrutura de seu sistema de poder que se expressa em determinada estratificação social. Por isso, falar em domínio das técnicas na sociedade capitalista requer entender quais grupos exercem o domínio sobre a produção e a apropriação do excedente dentro de cada estrutura social.

5 “A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento” (FURTADO, 1978, p. 48).

6 “A história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental” (FURTADO, 1978, p. 83).

Portanto, sendo a acumulação o resultado da formação do excedente gerado por cada sociedade e a causa do desenvolvimento das técnicas, somente dentro de um sistema de poder podemos compreender como a criatividade humana é canalizada nas economias capitalistas. Logo, percebendo qual grupo tem sua criatividade posta a serviço, poderemos apreender como se gera tecnologia em determinada sociedade. Furtado (1980, p. 45) explica:

[...] não se deve imaginar que a atividade criadora no plano dos valores é simples fruto do acaso. Para entender o processo de inovação em uma cultura necessitamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder?

A estruturação de cada sociedade, seguindo essa lógica, desencadeia a formação de um sistema cultural, reflexo das relações estabelecidas entre os indivíduos e os valores nela difundidos. Esse sistema cultural é algo abrangente que envolve tanto as relações objetivas dos indivíduos quanto seus valores ideológicos, variando de uma sociedade para outra. É por isso que, para Furtado, na análise do subdesenvolvimento, é indispensável conhecer quais classes dominam os canais de disseminação cultural, pois isso seria o reflexo do poder exercido pelos grupos hegemônicos que dominam a produção do excedente e controlam o processo de difusão tecnológica.

Portanto, a composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO, 1977, p. 29).

O dinamismo das sociedades capitalistas industriais se assenta, nesse sentido, no fato de que “a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica” (FURTADO, 1980, p. 11). O progresso tecnológico é o grande vetor de transformação social, operando não só sob a base material como também na cultura erigida nessas sociedades. O autor ressalta que:

[...] A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas (FURTADO, 1980 p.46).

A atividade de criação humana que resulta num processo de inovação não é simples fruto do acaso, mas a expressão de um padrão de cultura existente na sociedade. Nesse sentido, entender a forma como as grandes economias capitalistas centrais dominam o desenvolvimento das técnicas de economias periféricas requer compreender como também dominam seus sistemas de cultura.

Agora, com mais substância para responder à questão inicial, podemos dizer que as economias subdesenvolvidas não dominam um processo de desenvolvimento tecnológico autóctone, porque sua cultura é inundada pelos padrões culturais do centro, o que as impede de obter um padrão tecnológico, proveniente de sua própria cultura, com efeito transbordador. Além de sua dinâmica ser construída visando a uma transferência maciça de excedente em direção ao centro, este também impõe a assimilação de uma trajetória de desenvolvimento alheia à estrutura social periférica, gerando grande concentração de renda e baixo dinamismo.

A tecnologia desenvolvida nos grandes centros capitalistas carrega consigo o resultado de um processo particular, em que influem

elementos objetivos e subjetivos, e somente naquela estrutura ela pode gerar resultados eficientes em termos sociais. Os bens produzidos possuem em sua composição valores culturais herdados das classes que comandam e dominam o padrão de desenvolvimento e, portanto, representam o projeto de vida de uma coletividade, das decisões tomadas pelos grupos que participam de uma forma ou outra do sistema de dominação social.

Assim, ao internalizar o progresso técnico forâneo, as economias periféricas não só experimentam grandes mudanças nas formas de produção e estratificação de sua sociedade como sofrem, sobretudo, transformações que incidem sobre seu sistema de cultura. Com isso, soma-se às características das economias subdesenvolvidas já apresentadas a imposição de um padrão cultural alheio, que reforça sua dependência e as impede de dominar um processo próprio criador de inovação. Ressalta Furtado (1986, p. 183):

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam “dependentes”. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do sistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um “enclave” social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na “superfície” da procura. É a industrialização “substitutiva de importações”, conforme vimos, que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo.

A coexistência de duas formas de produção, uma capitalista e outra não, leva ao rompimento de um sistema de cultura nacional

na periferia, pois uma vez assimilado o desenvolvimento das técnicas de produção externas, a capacidade criativa interna é minada. Desse modo, não se forma um sistema de cultura completo nessas sociedades, aprofundando com isso seu caráter subdesenvolvido.

A partir dessa perspectiva, Furtado explica que as economias periféricas não puderam construir plenamente uma civilização industrial, acessando-a somente de forma indireta e constituindo-se apenas como apêndices das outras economias. A estrutura industrial erigida nas economias periféricas, baseada no sistema de substituição de importações, restringiu a dinâmica industrial a grupos estrangeiros, recriando internamente a lógica produtiva do centro. Dessa forma, a relação entre cultura, criatividade e tecnologia é desvinculada desde seu nascedouro, cabendo a um grupo de elite mimetizar e se apropriar de valores importados.

Com o advento das transnacionais a partir da segunda metade do século XX, reforça-se ainda mais a constituição de uma estrutura econômica divorciada de sua própria cultura⁷. Principalmente por reduzir o poder de decisão dos Estados nacionais e subjugar as atividades econômicas ao controle capital estrangeiro, as empresas transnacionais permitem a imposição e a uniformização de padrões de consumo e comportamento alheios às sociedades nas quais se instalam.

As economias periféricas assumem uma forma de viver que coloca a serviço dos países dominantes o monopólio da criatividade e da inventividade, essa forma é engendrada pela industrialização desses países. Logo, sua atividade industrial fica fatalmente subordinada ao movimento do capital estrangeiro e, com isso, não alcançam uma via de desenvolvimento em razão de um projeto de afirmação

7 “[...] a penetração das empresas transnacionais no setor industrial das economias periféricas acelerou-se a partir dos anos 50. O instrumento essencial de penetração foi o controle da tecnologia, concebida em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, *engineering*, produção de equipamentos, montagem e operação de usinas [...]” (FURTADO, 1980, p. 135).

nacional. É por esse motivo que a periferia não consegue construir um projeto de desenvolvimento que engendre uma civilização industrial.

As transformações estruturais alcançadas pelas economias periféricas, além de serem sempre conduzidas por ampla subordinação econômica aos países do centro, acarretam subordinação na esfera cultural. Com efeito, as relações de dominação são aprofundadas e prolongadas, tornando muito mais distante a consolidação de uma identidade nacional que viabilize um projeto autônomo de desenvolvimento com vistas a superar sua dependência tecnológica.

Portanto, resgatar a criatividade e a identidade nacional seria o elemento central na luta da construção de um modelo de desenvolvimento nacional. Como a tecnologia constitui a expressão final da criatividade humana, sua libertação está, desse modo, no centro dessa questão, uma vez que é esse recurso que fundamenta a dependência. A tecnologia é a chave do poder internacional sobre o controle das nações subdesenvolvidas, conforme aponta Furtado (1978, p. 116):

[...] O controle da tecnologia constitui atualmente a trava mestra da estrutura de poder internacional. Reduzida a suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desse recurso detido pelos países centrais. É que a tecnologia possui a virtualidade de, por uma ou outra forma, substituir-se a todos os demais recursos de poder. Não é demais lembrar que a tecnologia constitui na civilização industrial a expressão final da criatividade humana.

Desse modo, para romper com a dependência tecnológica, as economias periféricas precisam resgatar o domínio sobre sua criatividade e direcioná-la em prol da construção de um padrão de desenvolvimento que responda às suas próprias exigências e necessidades. O resgate de uma identidade nacional é o pressuposto da construção de um processo autônomo de desenvolvimento tecnológico. E é aí que reside a complexidade do domínio da tecnologia:

muito mais do que se industrializar, ela requer a retomada e libertação da cultura de sua sociedade.

Nesse sentido, veremos na próxima seção como essa libertação se torna cada vez mais distante de ser alcançada por causa do movimento pelo recrudescimento da legislação internacional sobre os direitos de propriedade intelectual. As economias centrais, numa tentativa de perpetuar suas hegemonias, têm buscado através desses aparatos legais renovar seus mecanismos de controle sobre as nações tecnologicamente dependentes.

O regime de propriedade intelectual na lógica dependente

Podemos observar que a interpretação proposta por Furtado, além de apresentar os efeitos negativos de uma economia que não conta com uma fonte autônoma de desenvolvimento tecnológico, demonstra como essa autonomia é difícil de ser alcançada, pois vai além dos aspectos de natureza puramente econômica.

Hoje, essa questão extremamente custosa para as economias periféricas se complica ainda mais com o avanço das leis sobre a propriedade intelectual. Cabe ressaltar que, embora a instituição legal dos direitos de propriedade intelectual no âmbito internacional não seja algo novo, na época em que Furtado escreveu, essas legislações não estavam tão avançadas como hoje – o que justifica a ausência de um estudo por parte desse autor que relacionasse os efeitos desse mecanismo para a geração de inovação em uma nação subdesenvolvida⁸.

8 Mesmo que não tenha voltado seus estudos para a análise desse mecanismo específico de direito, Celso Furtado demonstrou conhecer os efeitos benéficos gerados por esse aparato legal para alguns agentes envolvidos no processo de produção: a licença paga pelo uso de uma técnica se assemelha a uma renda de monopólio, isto é, expropriação de excedente em favor de certo grupo que controla e monopoliza as técnicas, segundo ele analisa: “O controle da propriedade

O primeiro acordo internacional para o reconhecimento do direito sobre a propriedade intelectual foi estabelecido em 1883, na Convenção de Paris (pela proteção à propriedade industrial), e depois em 1886, na Convenção de Berna (pela proteção do trabalho artístico e literário). Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, essas discussões passaram a ser travadas no âmbito da ONU, quando foi criada, na Convenção de Estocolmo de 1967, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) – World Intellectual Property Organization (WIPO).

A legislação então estabelecida tinha por objetivo evitar que as instituições que garantiam o direito sobre o conhecimento favorecessem agentes nacionais, em detrimento de estrangeiros, ou seja, que a institucionalização da propriedade intelectual fosse utilizada como uma barreira protecionista contra o capital internacional. Contudo ela deixava em aberto a possibilidade para que cada nação estabelecesse suas próprias regras sobre a propriedade intelectual de aplicação industrial, desde que não houvesse distinção entre residentes e não residentes. Desse modo, era possível que alguns países optassem, por exemplo, por não manter patentes em setores estratégicos – impedindo que as economias mais avançadas tecnologicamente mantivessem vantagens comerciais⁹.

Posteriormente, como resultado de uma pressão por parte dos EUA e das nações ocidentais avançadas para que fosse obrigatório o reconhecimento de patentes em todos os setores produtivos, foi

da terra por uma minoria é uma forma de poder extremamente visível. Menos visível é o controle da inovação técnica, ou da informação, que permite a uma empresa criar-se uma renda de produtor, a qual, no entanto pode ser assimilada a um imposto cobrado pelo Estado” (FURTADO, 1977, p. 30).

9 Apenas para ilustrar como esse artifício era utilizado, temos o exemplo do Japão, que não mantinha patentes para processos químicos. Já o Brasil não permitia para químicos, alimentos e medicamentos. Os governos geralmente adotavam essa prática em setores socialmente estratégicos, porque entendiam o risco de ceder patentes em áreas nas quais um monopólio, ao elevar o preço e reduzir a oferta, causaria grandes problemas sociais.

firmado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual ao Comércio (Trips) como parte dos tratados firmados na chamada Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Trocas, finalizada em 1994. O reconhecimento desse tratado se tornou obrigatório para todas as nações que pretendessem integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC)¹⁰. Devido à forte pressão que esse acordo exerce sobre as economias mais desfavorecidas, o Trips conta atualmente com a adesão de 161 nações, uma vez que aquelas que optam por não se tornar signatárias estão praticamente excluídas do comércio mundial.

Embora Celso Furtado não tenha se detido na análise sobre como o reconhecimento internacional do direito de propriedade intelectual pode amplificar as barreiras para o progresso técnico nas nações periféricas – reforçando ainda mais essa dinâmica dependente –, acreditamos que a teoria elaborada por esse economista pode nos auxiliar a lançar luz sobre essa problemática. Afinal, ao institucionalizarem meios que impedem o acesso aos seus processos tecnológicos, as economias centrais reforçam gravemente os mecanismos de controle sobre as nações periféricas, nos termos apresentados por esse pensador. Isso porque disseminam um modelo de desenvolvimento que se torna legalmente inalcançável. A expansão dos direitos de propriedade intelectual em nível mundial bloqueia ainda mais as possibilidades de as nações dependentes se tornarem desenvolvidas nos moldes apontados pelas nações do centro.

Vejamos essa questão mais de perto. De acordo com Furtado, a dependência tem seu eixo principal no controle da produção de tecnologia pelas economias centrais, que, por isso, tornam as demais

10 Coriat (2002) traça um relato do desenvolvimento das legislações norte-americanas sobre a defesa dos direitos de propriedade intelectual. Ele expõe como, de um movimento interno em sua legislação pelo fortalecimento desses direitos, os EUA conseguiram estender o reconhecimento de suas leis externamente, utilizando principalmente chantagens comerciais com países dependentes tecnologicamente de suas invenções, como aqueles do Caribe e do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), inclusive com a OMC.

nações dependentes delas. Essa relação se reforça em dois sentidos: 1) na incapacidade das economias periféricas de constituírem um processo de desenvolvimento autônomo; e 2) na mimetização que essas economias fazem de um padrão cultural estrangeiro – resultado da importação de tecnologia.

Seguindo o pensamento de Furtado, para que essas nações rompam com a relação de dependência que lhes é imposta, é preciso que elas dominem as técnicas estrangeiras reproduzidas internamente, só assim estarão aptas a reconquistar a criatividade de seu povo em razão de um projeto de desenvolvimento nacional. Quer dizer, enquanto suas culturas estiverem inundadas de valores alheios, as nações periféricas serão incapazes de promover um projeto de desenvolvimento original, uma expressão inata de seu povo, pois toda expressão existente, nessa condição, resulta na reprodução de uma cultura estrangeira. Por isso, o dever de se tornarem capazes de dominar o padrão tecnológico importado é para que tenham condições de romper com a lógica de subordinação tecnológica em que estão submersas.

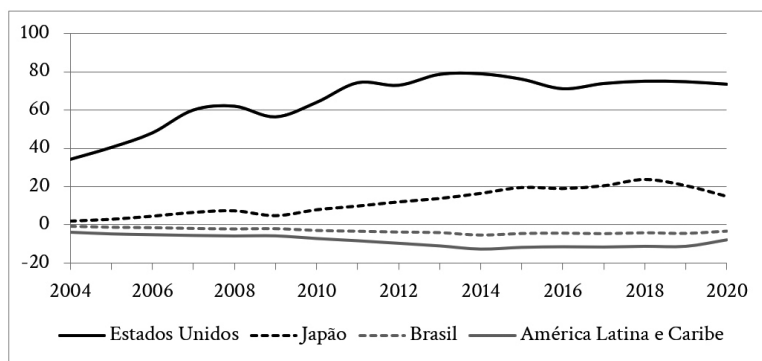
As modificações nas leis de proteção à tecnologia a que hoje assistimos – tanto no sentido de sua extensão quanto no rigor de sua aplicação – restringem ainda mais os canais de acesso à tecnologia para as nações periféricas. Estas se veem mais uma vez impedidas de dominarem o padrão tecnológico importado, distanciando-se da possibilidade de romper com a lógica dependente. Mesmo buscando mimetizar as técnicas despontadas externamente, as economias periféricas são impedidas de acessá-las, seja porque há uma barreira que as impede de se concentrar em determinado processo produtivo, seja porque o pagamento de licenças de acesso à determinada tecnologia torna a produção economicamente inviável.

Nota-se que, quando a tecnologia é protegida por lei, de modo que, para acessar determinadas produções, é necessário pagar uma licença – ainda assim pode-se ter o acesso negado –, as empresas nacionais se encontram em grandes desvantagens em relação às transnacionais que se instalam localmente. Como desenvolvem sua própria

tecnologia, as transnacionais ganham em termos de competitividade, pois não pagam licença, obtendo por isso maior margem de lucro, além de poderem explorar a produção localmente. Assim, na medida em que o ambiente se torna mais propício à instalação das grandes empresas transnacionais, o controle das nações periféricas se encontra cada vez mais subjugado à lógica do capital estrangeiro. As economias centrais disseminam um modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo que afastam as demais nações de seu alcance, reforçando com isso a lógica contraditória existente nessa relação.

Por meio da ampliação jurídica dos direitos de propriedade intelectual, os mecanismos de dominação tecnológica empregados pelas empresas provenientes dos países centrais se aprofundam fortemente. Ao impor o reconhecimento irrestrito na forma da lei sobre o domínio da tecnologia, a comercialização do conhecimento vem exercendo um duplo papel no âmbito econômico mundial. Primeiro, ela tem intensificado os fluxos de renda em favor das grandes economias capitalistas destinados ao pagamento de encargos sobre a propriedade do conhecimento. Esse argumento pode ser ilustrado por meio da análise do recebimento de encargos sobre o uso da propriedade intelectual.

Gráfico 1 – Transferências líquidas, em bilhões de dólares, por encargos sobre o uso de propriedade intelectual (2004 a 2020)



Fonte: IMF, 2021.

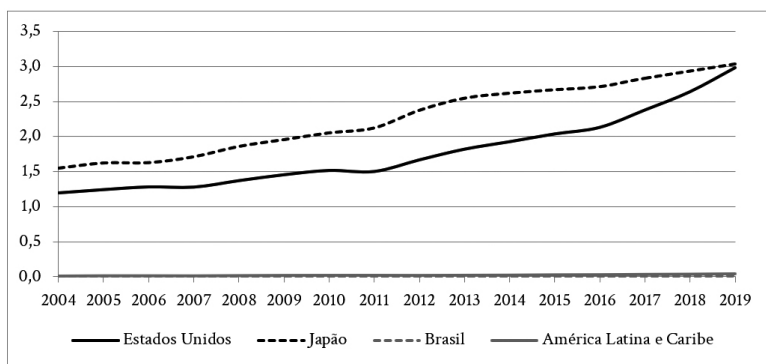
O Gráfico 1 evidencia que, enquanto a trajetória dos Estados Unidos e do Japão apresenta saldo positivo crescente (superávit nas transações pelo uso das licenças de propriedade intelectual), a América Latina e o Caribe apresentam uma trajetória deficitária crescente, demonstrando que este conjunto de países transferiu mais recursos pelo uso de licenças de propriedade intelectual ao estrangeiro do que dele recebeu entre 2004 e 2020. Destacam-se os EUA com saldo de aproximadamente 75 bilhões de dólares em 2020, ao passo que a América Latina, nesse mesmo ano, apresentou déficit de cerca de 8 bilhões de dólares sobre o pagamento desse direito¹¹.

O segundo papel que esse mecanismo de comercializar conhecimento exerce é a proibição da aplicação de tecnologias protegidas. A propriedade intelectual favorece as economias capitalistas mais avançadas ao garantir a criação de monopólios tecnológicos. Ao permitir que alguns países monopolizem determinados ramos de produção, impedindo que outras regiões tenham o direito de explorá-las – salvo com o pagamento de licença de uso da informação em questão –, as economias avançadas desfrutam de inéditas vantagens comerciais, de modo a impulsionar sobremaneira o processo de acumulação de capital¹². Para reforçar esse argumento, o Gráfico 2 ilustra a distribuição das patentes em vigor entre 2004 e 2019, segundo país de origem.

11 Devido a uma insuficiência nas bases de dados, esses dados de transferência levam em conta apenas os pagamentos pela revenda e/ou aplicação comercial da propriedade intelectual, não levam em conta a remuneração do direito sobre a propriedade intelectual para consumo privado nem a aquisição permanente do direito integral sobre a propriedade intelectual. Tudo nos leva a crer que, se levássemos em consideração esses outros dados, a discrepância entre centro e periferia seria ainda maior.

12 Um exemplo peculiar, fornecido por Carlotto e Pinto (2015), se refere à lucratividade da empresa Microsoft. Em 2014, segundo os autores, ela faturou algo em torno de US\$ 93,3 bilhões referente às licenças de uso de seus *softwares*, apresentando um valor de mercado de US\$ 340 bilhões para aquele ano. Cifra comparável ao PIB da Colômbia em 2013 (US\$ 378 bilhões).

Gráfico 2 – Patentes em vigor, em milhões,
por região de origem (2004 a 2019)



Fonte: WIPO, 2021.

Pode-se verificar que tanto os EUA quanto o Japão dominam a propriedade de patentes – em 2019, detinham aproximadamente 50 % das patentes em vigor no mundo – quando comparados à América Latina, perfazendo a construção de um monopólio da propriedade intelectual que reforça a relação centro-periferia no capitalismo mundial. A título de exemplo, verifica-se que em 2019 os EUA possuíam cerca de 2,9 milhões de patentes registradas, enquanto o Brasil possuía algo em torno de 10 mil patentes.

Desse modo, percebe-se que os direitos de propriedade intelectual, tal como hoje se encontram, parecem constituir uma estratégia para garantir vantagens econômicas às nações que se encontram na fronteira do desenvolvimento tecnológico, reforçando sobremaneira os mecanismos de dominação já apontados por Furtado. Essa dinâmica não só amplia os fluxos financeiros em direção às grandes economias capitalistas centrais como também institucionaliza os monopólios da tecnologia, minando severamente a capacidade de construção de um projeto de desenvolvimento autônomo por parte das nações subdesenvolvidas. Por isso, a vida dos povos existentes nas economias periféricas se encontra duplamente marcada pelo domínio

do capital externo: seja porque sua desvantagem científica as mantém numa condição de intensa dependência tecnológica, seja porque agora, com as novas legislações para a propriedade intelectual, elas são impedidas até mesmo de mimetizarem os padrões tecnológicos estrangeiros, sendo submetidas a uma relação de perpétua dependência econômica.

Considerações finais

Os efeitos da atual legislação internacional de defesa da propriedade intelectual sobre as economias periféricas é um assunto de ampla controvérsia dentro do campo das ciências econômicas. Este capítulo teve por objetivo lançar luz nessa questão a partir das reflexões teóricas de Celso Furtado sobre a dependência cultural e tecnológica.

A análise de Furtado sobre o desenvolvimento nas economias periféricas e o lugar da tecnologia foi extremamente inovadora, não só porque viu na ausência de domínio tecnológico a razão de ser da dependência, mas também porque alertou que esse domínio ultrapassa questões meramente econômicas e avança sobre aspectos imensuráveis de uma sociedade, como sua cultura e criatividade. Ao se debruçar sobre as especificidades dos países latino-americanos, Furtado percebeu que as teorias econômicas hegemônicas não eram capazes de explicar a realidade desses países, enxergando então a necessidade de desenvolver um estudo que pudesse responder aos problemas e anseios dessas sociedades.

Em sua visão, são duas as características delineadoras do subdesenvolvimento: a condição geoeconômica periférica e a dependência, esta maiormente tecnológica. Por isso, ele realizou uma análise histórica da formação das sociedades modernas para alcançar uma compreensão adequada a respeito das características que marcam a diferenciação entre o centro e a periferia do capitalismo.

Assim, os países centrais possuem uma dinâmica que Furtado denominou de autônoma, com a qual o desenvolvimento econômico

é animado pelo progresso técnico. Este se materializa em ganhos de produtividade quando é objeto de novos investimentos e esses ganhos são distribuídos pelas classes econômicas. Isso leva a uma modificação do próprio perfil da demanda e, conseqüentemente, a uma nova rodada de investimentos (incorporando o progresso tecnológico) para atender aos desejos dos consumidores.

Por outro lado, os países periféricos são dotados de uma dinâmica econômica dependente, cuja força motriz se encontra exclusivamente nas transformações do perfil da demanda. Para Furtado, quando uma economia se vê impedida de ampliar seu grau de produtividade de forma autônoma, sua dinâmica de desenvolvimento passa a repousar nas alterações da distribuição de renda – que são, normalmente, fruto das transações comerciais com o exterior. Desse modo, a ampliação de renda é apropriada por um seletivo grupo de empresários que controlam os setores exportadores/importadores.

Para Furtado, essa dinâmica dependente resulta, sobretudo, de uma especialização produtiva dos países periféricos, que historicamente são conduzidos a se voltarem para a produção de bens primário-exportadores, assim como de alguns elementos estruturais que os diferenciam das nações de dinâmica autônoma¹³. A ausência de uma matriz tecnológica própria anima uma lógica viciosa que, mesmo experimentando um processo efetivo de industrialização, faz a manutenção da dependência dos países periféricos. Dessa forma, esses países ficam reféns dos processos de desenvolvimento tecnológico advindos das grandes economias capitalistas.

Em virtude dessa severa dependência tecnológica, as mudanças de base econômica na periferia são guiadas pela ideologia do centro hegemônico do capitalismo, de modo a constituir uma subordinação

13 Entre esses elementos estruturais, o autor destaca a elevada concentração da renda e da riqueza, a concentração fundiária, o elevado grau de oligopolização do setor produtivo, o excesso estrutural de mão de obra e a baixa organização dos trabalhadores para lutarem por ampliação de seus salários, entre outros.

cultural. Desse modo, o mimetismo dos processos de produção do centro se realiza em conjunto com o mimetismo cultural, ampliando a profundidade e o alargamento da dependência.

A partir dessas concepções de Furtado, discutimos como que os aspectos da dominação tecnológica se aprofundam ainda mais com os avanços das leis de propriedade intelectual em âmbito mundial. Tal fenômeno, ao instituir o reconhecimento irrestrito da propriedade da tecnologia em escala global, garante que um grupo seleto de países se estabeleça na fronteira tecnológica, ampliando sobremaneira a dominação e a dependência das economias periféricas, porque isso intensifica os fluxos de renda em favor dos países que obtêm vanguarda no processo de difusão e geração de tecnologia e favorece a formação de monopólios do conhecimento, concentrando ainda mais o desenvolvimento tecnológico em nível geoeconômico.

A dominação exercida pelos países do centro, através desses mecanismos, avança sobre a periferia, impedindo-a drasticamente de alcançar o padrão de desenvolvimento disseminado por aquelas nações. E, seguindo o modo de pensar de Furtado, exatamente pelas economias subdesenvolvidas tentarem reproduzir o padrão de desenvolvimento dos países centrais, a própria lógica do subdesenvolvimento entra num ciclo vicioso, ampliando a cisão entre centro e periferia do capitalismo, e esta se torna cada vez mais distante da constituição de uma civilização industrial em sua plenitude.

Referências

- CARLOTTO, Maria Caraméz; PINTO, José Paulo Guedes. A divisão do trabalho no século XXI: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA-América Latina. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 94-113, 2015.
- CORIAT, Benjamin. O novo regime global de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações

- “norte/sul”. In: CASTRO, Ana Célia (org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments and international investment position statistics**. Washington: IMF, 2021.
- MCCLURE, Ian. The value of IP as a commodity. **Intellectual Asset Management**, London, p. 29-37, May/June 2011.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, Adolfo. **La obra de Prebisch en la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **IP Statistics Data Center**. Geneva: WIPO, 2021.



Índice remissivo

A

América Latina 18, 33, 51, 56, 58, 79, 80,
86, 91, 93, 96-103, 109, 115, 118, 130
anéis burocráticos 9, 81-83, 89
autonomia 32, 77, 88, 93, 99, 101, 104,
125

B

Brasil 12, 19, 57, 58, 59, 63, 66, 67,
71, 73, 76, 80, 85, 87, 88, 89, 98,
100-103, 131
burguesia 55, 56, 58, 65, 66, 67, 76, 83,
93
de Estado 62, 67, 81-83, 88

C

capitalismo 7, 12, 51-68, 72, 74, 76, 77,
79, 80, 82, 88, 93, 94, 98, 101, 102,
103, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116,
118, 119, 121, 123, 126, 129, 130, 131,
132, 133, 134
Celso Furtado 108-134

centro 52, 54, 58, 59, 62, 64, 98, 102,
109, 111, 112, 113, 116, 118, 121, 123,
124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133
Cepal 29, 33, 41, 111
classe social 20, 52, 59, 63, 67, 74, 75-76,
79, 80, 81, 88, 99, 101, 113
criatividade 62, 108, 119-125, 128, 132
cultura 75, 86, 94, 96, 97, 99, 100, 103,
108, 118-125, 128, 132, 134

D

Darcy Ribeiro 91-104
deculturação 99, 101
dependência 12, 15, 31, 32, 34, 41, 52,
56-67, 72, 78, 80, 82, 93, 96, 99, 101,
108, 109, 110-118, 122, 124, 127, 132,
133, 134
dialética 22, 25, 27, 28, 29, 34, 37, 41,
61, 92, 102, 110
dominação 11, 16, 20, 38, 39, 52, 54, 64,
65, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83,
87, 89, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 101,
108, 110, 118-125, 129, 131, 132, 134

E

emancipação 78, 102, 103, 109
Enzo Faletto 15, 18, 20, 29, 33, 34, 35,
40, 41, 79
escravidão 59, 64, 75, 89, 92, 94, 97, 101
Estados Unidos da América 62, 126, 127,
130, 131
estamento burocrático 72, 74-83, 87, 89
Europa 51, 54, 55, 93, 97
excedente 58, 60, 64, 112, 116, 118, 119,
120, 121, 125, 133

F

Fernando Henrique Cardoso 11-43,
61-63, 71, 72, 79-81, 82, 83, 88, 89

I

identidade 22, 75, 83, 93, 97, 100, 101,
124
imperialismo 31, 32, 51, 58, 62, 64, 93,
94, 96, 99
industrialização, processo de 12, 53
Ivan Cotrim 13, 21-29, 42

J

Jessé Souza 83-87, 89

K

Karl Marx 19, 22, 23, 24, 26-29, 35, 39,
40, 68

L

legislação 108-134

luta de classes 29, 37, 39, 40, 56, 65, 76,
81, 83, 89, 93, 96, 101, 112, 120, 122

M

marxismo 17, 24, 29, 30-41, 51, 52, 56,
57, 58, 61, 77
Max Weber 17, 18, 19, 23, 26-29, 42,
74, 87

N

narodnik 9, 51, 53-54, 55, 63, 66
Nildo Ouriques 13, 14-21, 42

P

patrimonialismo 9, 21, 24, 73, 77, 78,
83-87, 89
periferia 15, 52, 59, 60, 61, 64, 67, 87,
102, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116,
117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 127,
128, 129, 131, 132, 133
produção
processo de 20, 28, 29
progresso 55, 88, 95, 108, 110, 112, 113,
114, 119, 121, 122, 127, 133
proletariado 36, 55, 56, 58, 60, 66, 67,
93, 99
propriedade intelectual 108-134

R

Raymundo Faoro 71, 72, 74-76, 77, 79,
88, 89
renda, distribuição de 38, 54, 61, 75, 112,
114, 115, 121, 129, 133, 134

revolucionário, processo 51, 53

Ruy Mauro Marini 13, 14, 21, 31, 52,
56, 59, 61

S

subdesenvolvimento 58, 59, 60, 62, 63,
64, 66, 67, 93, 98, 99, 103, 108, 109,
110-132, 134

T

tecnologia 62, 95, 96, 98, 99, 108, 109,
110-118, 119, 120, 121, 124, 125, 127,
128, 130, 131, 132, 134

trabalho, divisão do 55, 59, 74, 75, 81,
99, 101, 102, 111, 112, 113, 114, 116

Trips 127

V

Vladimir Lênin 51, 52-56, 63, 66, 67, 68



Sobre os autores

Aline Faé Stocco é bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), período em que integrou o Programa de Educação Tutorial Economia, mestra e doutora em Política Social pela mesma universidade (2013 e 2017), com Doutorado Sanduíche na Universidad de La Habana, com bolsa da Capes. Atualmente, é professora adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, atua no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Políticas Públicas – e no curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas; é coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Diáspora Africana (Nuped), dos grupos de estudo “A realidade da população negra no mercado de trabalho e os discursos de igualdade da Educação Formal” e “Trabalho, Tecnologia e Educação”. Possui experiência nas áreas de conhecimento de Economia, com ênfase em Economia Política, Economia Planificada e Política Social. Já atuou na gestão pública municipal, sobretudo na área de planejamento estratégico e finanças públicas.
alinefaestocco@gmail.com

Camilla dos Santos Nogueira é bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008), período em que integrou o Programa de Educação Tutorial Economia; mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional de San Martín (2012), com bolsa da Agencia Nacional de Promoción de la

Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación, título revolidado pela Universidade de Brasília; doutora em Política Social pela Ufes (2019), com bolsa da Fapes, com Doutorado Sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México (2017), com bolsa da Capes. Foi professora substituta do Departamento de Economia da Ufes (2013-2014); atuou como economista da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo entre 2018 e 2020; foi coordenadora da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo, do Comitê Interfederativo. Atualmente é coordenadora do grupo de estudo “Desenvolvimento regional e alternativas de sustentabilidade econômica para comunidades tradicionais pesqueiras e marisqueiras atingidas pelo desastre da barragem do Fundão/MG: o caso da produção de aroeira na zona costeira de São Mateus-ES”, com apoio da Fapes/CNPq e do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional. Tem publicações e experiência profissional na área de Economia, com ênfase em Economia Internacional, Teoria da Dependência, Desenvolvimento Econômico e Política Social.
camilladossantosnogueira@gmail.com

Pollyanna Paganoto Moura é bacharela e mestra em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005) e doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Foi professora substituta no Departamento de Economia da Ufes entre 2013 e 2020; atuou como economista em diversas instituições, como o Sebrae/ES, a Prefeitura de Cariacica/ES e a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo. Atualmente, é professora da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) e pesquisadora no “Grupo de Estudos Concretos sobre a Teoria do Valor”. Tem publicações e experiência profissional na área de Desenvolvimento Econômico, Macroeconomia, Economia Internacional e do Trabalho.
pollyannapaganoto@gmail.com

Rodrigo Emmanuel Santana Borges é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), diplomado em Estudos Avançados e doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid (2006 e 2015). Foi professor na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. Atualmente, é membro da coordenação ampliada da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico e do Grupo de Trabalho de Teoria Marxista da Dependência, da Sociedade Brasileira de Economia Política; coordenador do “Grupo de Estudos Concretos sobre a Teoria do Valor”; é pesquisador no grupo de pesquisa “Fundo público e financeirização das políticas sociais no Brasil”; e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes, com bolsa da Fapes/Capes. Tem experiência nas áreas de Economia Brasileira Contemporânea, Economia Política do Desenvolvimento e Economia Internacional, com ênfase em Balanço de Pagamentos, Teoria Marxista da Dependência, e possui conhecimentos em Insumo-Produto, Matrizes de Contabilidade Social, Conjuntura Econômica.
rodrigo@borges.net.br

Rodrigo Franklin é economista graduado na tradição marxista pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005) e doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Atualmente, é professor do Departamento de Economia da Ufes e coordenador do “Grupo de Estudos Concretos sobre a Teoria do Valor”. Suas áreas de interesse são a Teoria Econômica e o Mercado Mundial. A principal preocupação de suas pesquisas é a de resgatar, dentro da tradição da economia política brasileira, o caráter materialista da dialética marxista.
rodrigo.franklin@ufes.br



Rodrigo Franklin é doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Departamento de Economia da Ufes.



Pollyanna Paganoto Moura é doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020) e pesquisadora nas áreas de Desenvolvimento Econômico e de Economia Internacional e do Trabalho.

Na tradição do pensamento social e econômico brasileiro, muitas visões abordaram a dependência e o subdesenvolvimento a partir de diferentes categorias teóricas. A presente obra tem por objetivo refletir o modo pelo qual as relações de dependência se estabelecem no pensamento brasileiro, considerando que questões sociais, políticas e econômicas determinam um padrão de reprodução que não apenas aprofunda essa dependência, mas também gera impactos irreparáveis na sociedade. Ademais, este livro articula debates que se desenvolvem em um âmbito mais teórico/abstrato com análises empíricas, evidenciando o poder do arcabouço teórico utilizado de lançar luz sobre os fenômenos contemporâneos.

O pensamento econômico e social brasileiro há muito se debruça sobre a articulação simbiótica entre os interesses das classes dominantes nacionais e estrangeiras. Entretanto, até hoje nos surpreendemos quando vemos, no Brasil, governos cada vez mais “entreguistas” substituírem-se no poder – por meio de golpes ou eleitos pelo voto popular. Para nos dar um choque de realidade, foram reunidas nesta obra análises sobre um conjunto de pensadores brasileiros que contribuem para a compreensão das contradições típicas que marcam a inserção dependente de nações subdesenvolvidas na economia mundial. Ao reunir vozes por vezes esquecidas pelo *mainstream* do pensamento heterodoxo, esta se mostra uma coletânea oportuna, que lança luz sobre questões fundamentais para compreender melhor o presente e traçar uma rota para o futuro da nação.